

Corpos e Diversidade na Educação

Caderno Pedagógico

Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Zeila Sousa de Albuquerque
Organizadoras



EDUFMA

Corpos e Diversidade na Educação

Caderno Pedagógico





Universidade Federal do Maranhão

Reitor Prof. Dr. Fernando Carvalho Silva
Vice Reitor Prof. Dr. Leonardo Silva Soares



EDUFMA

Editora da UFMA

Coordenadora Dra. Suênia Oliveira Mendes

Conselho Editorial Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira
Prof. Dr. Carlos Delano Rodrigues
Profa. Dra. Débora Batista Pinheiro Sousa
Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa
Prof. Dr. José Carlos Aragão Silva
Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Prof. Dr. Luiz Eduardo Neves dos Santos
Profa. Dra. Luma Castro de Souza
Prof. Dr. Márcio José Celeri
Profa. Dra. Maria Áurea Lira Feitosa
Profa. Dra. Raimunda Ramos Marinho
Prof. Dr. Ubiratane de Moraes Rodrigues
Bibliotecária Iole Costa Pinheiro



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

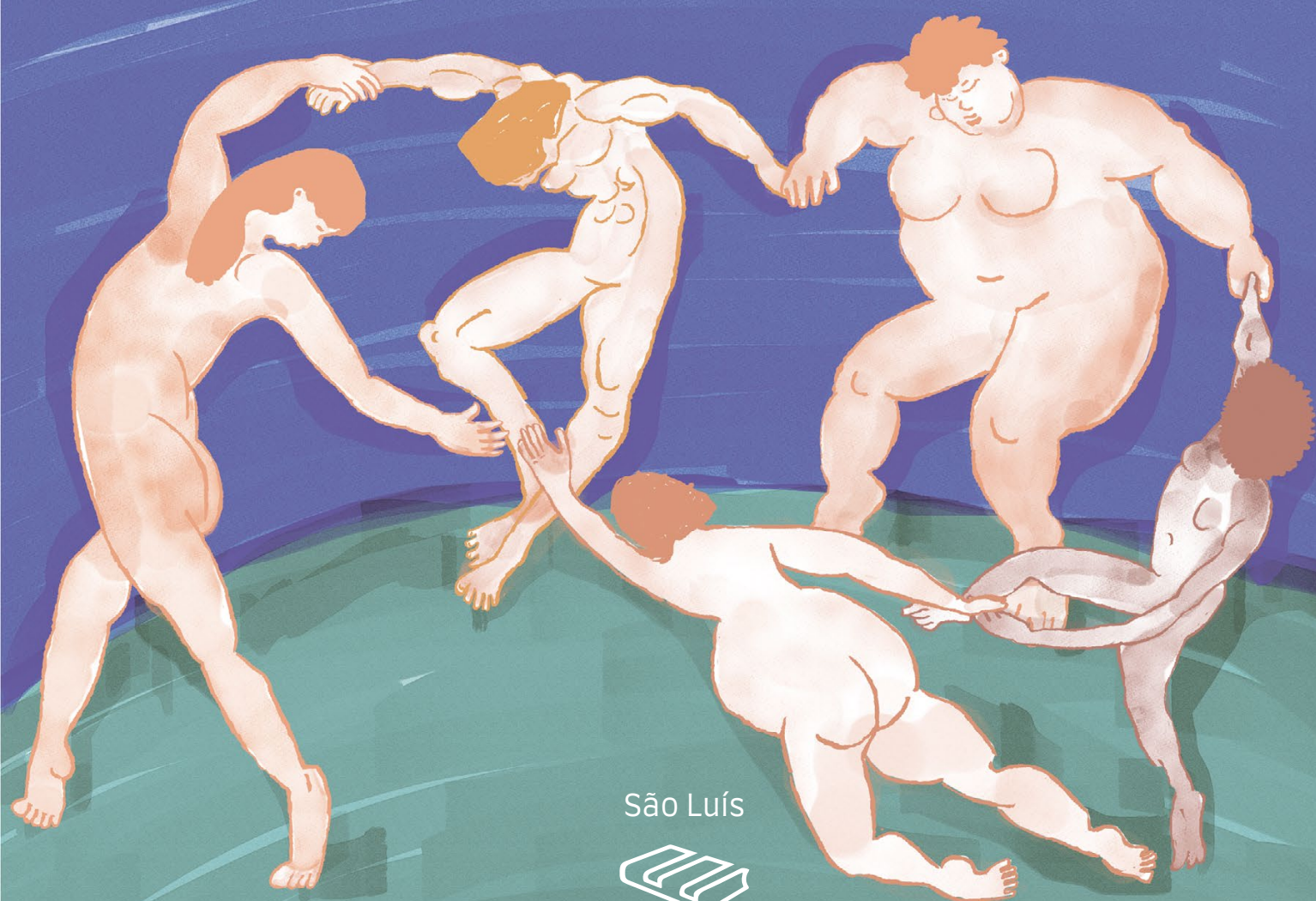
Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento 4.0.

Corpos e Diversidade na Educação

Caderno Pedagógico

Sirlene Mota Pinheiro da Silva
Zeila Sousa de Albuquerque
Organizadoras



São Luís



EDUFMA

2025

© 2025 EDUFMA - Todos os direitos reservados

Projeto gráfico e diagramação *Francisco Batista Freire Filho*

Revisão *Os autores e autoras*

Capa *Releitura de “A Dança” de Henri Matisse,
por Francisco Batista Freire Filho*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Corpos e diversidade na educação: caderno pedagógico / organizado por Sirlene Mota Pinheiro da Silva e Zeila Sousa de Albuquerque. – São Luís: EDUFMA, 2025.

103f.: il. Formato eletrônico (E-book)

Disponível em: <https://www.edufma.ufma.br/>

ISBN 978-65-5363-453-4

1. Relações de Gênero - Educação 2. Sexualidade – Escola. 3. Diversidade – Práticas educativas. 4. Corporeidades. I. Silva, Sirlene Mota Pinheiro da. II. Albuquerque, Zeila Sousa de. III. Título.

CDD 306.43

CDU 305:37.06

Bibliotecário: Carlos Wellington Soares Martins CRB 13/605

Elaborado no Brasil [2025]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microfilmagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

| **EDUFMA** | **Editora da Universidade Federal do Maranhão**

Av. dos Portugueses, 1966 | Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157

www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

Agradecimentos

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas – GESEPE/UFMA;

À equipe que integra o Curso de Aperfeiçoamento Corpos e Diversidade na Educação – CDE, especialmente às professoras/es e tutoras/es;

Ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero – GEMGe e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - PPGE/UFMA;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, que contribuiu com auxílio financeiro aprovado no Edital Universal nº02/2022, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa intervenção “Corpos e Diversidade na Formação Continuada e nas Práticas Educativas”.

Carta as/aos leitoras/es!

Este Caderno Pedagógico traz os textos discutidos e estudados no **Curso de Aperfeiçoamento Corpos e Diversidade na Educação - CDE**, oferecido na modalidade Semipresencial, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas – GESEPE, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA e apoio técnico da Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão – PROEC/UFMA.

O Curso CDE justifica-se na necessidade de promover discussões acerca da importância em se desenvolver práticas educativas sobre os corpos, relações de gênero e sexualidades como objetos de estudo e reflexão voltadas à Diversidade humana, para que se possa combater as variadas formas de sexismos, machismos e outras violências que são produzidas em nossos cotidianos, além de congregar e oportunizar espaços de socialização de experiências entre professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es sobre as Diversidades de corpos, especialmente no que se refere aos Gêneros e às Sexualidades na Educação.

Iniciamos com uma breve apresentação do projeto do Curso de **Formação Continuada sobre Corpos e Diversidade na Educação**, destacando os objetivos, principais conceitos estudados e os fundamentos teóricos metodológicos do curso. Em seguida, são abordados os Módulos do Curso CDE: **Gênero e Diversidade, Corpos e Corporeidades e Relações de Gênero e Sexualidade na Escola**.

Desejamos uma boa leitura e excelentes estudos e reflexões!!!

Sumário

Módulo I

Gênero e Diversidade

Projeto e Avaliação do Curso CDE	10
Diferenças, Desigualdades e Diversidade na Educação	16
Estereótipos, Preconceitos e Discriminação	24
A invenção da “ideologia de gênero”	30

Módulo II

Corpos e Corporeidades

Educação e Corporeidade	39
Corpos, Gênero e Sexualidade	47
Corpos e Corporeidades nas Práticas Educativas	53

Módulo III

Relações de gênero e sexualidade na escola

Educação para a Sexualidade na Escola: uma necessidade	60
Violências de Gênero na escola: o que são e como combater?	72
Diferenças de Gênero e das Sexualidades no Cotidiano Escolar	88
Sobre as organizadoras	98
Sobre as autoras e autores	99



Módulo I

Gênero e Diversidade

Objetivos:

- ✓ Conhecer aspectos teóricos e metodológicos do Curso Corpos e Diversidade na Educação;
- ✓ Compreender as diferenças entre desigualdades e diversidades e estereótipos, preconceitos e discriminações, destacando-se às relacionadas aos gêneros e às sexualidades;
- ✓ Desenvolver atividades pedagógicas voltadas para a diversidade de gênero e sexual nas escolas que atuam.

Projeto e Avaliação do Curso CDE

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

O **Curso Corpos e Diversidade na Educação (CDE)**, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE) visa fortalecer a prática pedagógica de docentes (e futuros docentes) na promoção da cultura de respeito aos direitos humanos e a valorização da diversidade, com ênfase nos diferentes corpos e diversidade, especialmente a de gênero das sexualidades.

Considerando a necessidade de introduzir e fortalecer as discussões acerca dessas temáticas na formação docente e continuada, organizamos o projeto e desenvolvemos o **Curso CDE**, objetivando contribuir com profissionais da educação maranhenses, instrumentalizando-os/as para refletir a respeito desses temas, proporcionando condições para efetivar uma educação inclusiva, não sexista e não racista, para que sejam capazes de produzir e estimular o senso crítico de crianças, adolescentes e jovens nas diferentes situações do cotidiano escolar, de forma articulada à proposta pedagógica da escola.

Fundamentação Teórica do Curso CDE

No Brasil, sobretudo nas últimas décadas do séc. XXI com a eleição de um governo progressista tem havido crescentes conquistas dos movimentos sociais, para a implantação de políticas públicas e ações voltadas à garantia dos direitos humanos de todas as pessoas.

Presenciamos o afloramento do debate sobre a inserção das questões de gênero e da sexualidade nas escolas, assunto que vem se alastrando e gerando diversas discussões acerca do currículo escolar, que por vezes vem carregado de controvérsias e discussões acaloradas ou mesmo distorcidas.

Sobre tal fato, destacamos grupos de ativistas religiosos e parlamentares conservadores que vêm se organizando e atacando firmemente quem defende a inclusão de conteúdos voltados às relações e diversidade de gênero e sobre a sexualidade nas escolas.

Isso tem sido feito por intermédio de discursos fundamentados em “achismos” e doutrinas religiosas, atrasando a possibilidade de implemen-

tação de importantes propostas pedagógicas que buscam a construção de uma sociedade mais coesa, inclusiva e equânime.

Ainda nos deparamos com desigualdades de gênero, com preconceitos e discriminações em relação ao sexo, à orientação sexual, à pessoa negra, deficiente, dentre outras voltadas às diversidades. E não é dada a devida atenção a essas questões no cotidiano da escolar, em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até o superior. Os diferentes corpos tornaram-se objeto de interesse dos estudos contemporâneos. Isto porque as pessoas buscam corrigir e intervir em seus corpos de diferentes formas: por meio de exercícios físicos, do uso de drogas medicinais, cirurgias plásticas, controle da alimentação, entre outros modos de intervenção. Por isso, é possível afirmar que o corpo é uma construção social, uma espécie de “canteiro de obras”, cuja constituição não se acaba e nunca é definitiva, pois modifica-se e é modificado no decorrer na vida de cada indivíduo. Vejamos a diversidade de corpos na figura a baixo.

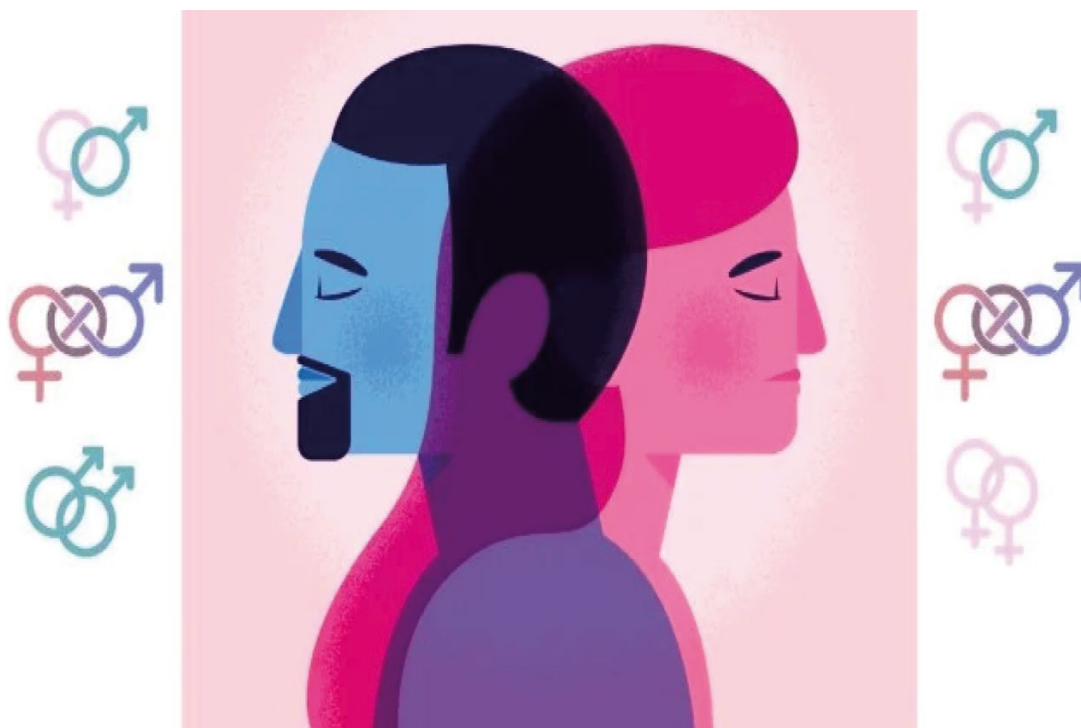
Figura 1 - Diversidade de corpos



Fonte: Disponível em: <https://pixabay.com/pt/vectors/fam%C3%ADlia-amor-arco-%C3%ADris-garoto-2112266/>. Arte de Gordon Johnson - Acesso em: 13 mai. 2024.

Ao estudar a **diversidade**, estamos focando nas muitas diferenças que há em todas as pessoas. Trabalhar a diversidade, não se trata de integrar o diferente ao grupo de semelhantes, visto não existirem pessoas iguais. No entanto, conforme defende Boaventura de Sousa Santos (1999, p. 61): “temos o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza”. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Figura 2 - Diversidade de gênero e das sexualidades



Fonte: Disponível em: <https://www.minhavidade.com.br/materias/materia-20425> Acesso em: 24 jun. 2024.

O corpo humano, nesta conjuntura, de acordo com Maria Luiza Heilborn (2016, p. 43), é o “fio condutor da **sexualidade**”, que orienta a “experiência e a expressão do desejo, das emoções, das condutas e práticas corporais”. A figura acima representa os gêneros, a sexualidade e seus símbolos. A sexualidade envolve um processo contínuo, e nem sempre linear, de aprendizado e reflexão através do qual elaboramos a percepção de quem somos. Possui uma dimensão para além da reprodução, a sexualidade não se limita somente à fase da vida em que é considerada “adequada” a função reprodutiva. Conforme Sirlene Silva (2019), a sexualidade é um construto histórico e biopsicossocial, atrelada também às gerações, à cultura, e sua maior expressividade surge de forma atrelada aos estudos de **gênero**.

A princípio o termo **gênero** foi apropriado por psicólogos na década de 1960 para denominar uma “identidade de gênero” junto a um corpo. Um deles foi John Money (1921- 2006), que estudava e buscava entender as pessoas que apresentavam no mesmo corpo atributos tidos como do sexo feminino e do sexo masculino.

Surge neste contexto a dicotomia entre o conceito de sexo, enquanto algo corpóreo e natural, e gênero, ligado a cultura e ao comportamento (Carvalho, 2011). Já o conceito de **gênero**, para Scott (1995, p. 86) refere-se tanto às ideias quanto às palavras e tem sua dinâmica e conjuntura histórica. A autora assinala a atual tendência das feministas em empregar o termo “gênero” de modo mais rigoroso com referência à organização social e à relação entre os sexos, destacando que gênero é um “elemento consti-

tutivo de relações baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”, não se referindo apenas às ideias, mas também “[...] a uma forma primária de dar significado às relações de poder”. São essas as principais questões a serem estudadas no Curso Corpos e Diversidade na Educação. A seguir, apresentamos a metodologia e como se dará as atividades avaliativas do curso. Vejamos:

Procedimentos Metodológicos e Avaliativos

Em relação à **Metodologia** do curso, são preparadas salas virtuais, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Moodle), onde estão previstas a realização de atividades assíncronas, sendo disponibilizadas informações pertinentes ao curso, literatura para aprofundamento entre outros e atendendo às especificidades de cada disciplina.

Assíncronas: É o conteúdo disponibilizado dentro da plataforma AVA, onde o/a professor/a disponibiliza o material (tarefas, questionários, textos, vídeos, links...) referente à sua matéria.

Membros do GESEPE são os/as professores/as e tutores/as *on line* colaborando para que as atividades propostas pelas/os docentes sejam realizadas e as/os subsidiarão no que se refere às dificuldades encontradas pelas/os cursistas no decorrer da disciplina. Elas/es também orientarão os/as cursistas, no esclarecimento de dúvidas sobre a navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/MOODLE), no que diz respeito a problemas de acesso que porventura surgirem durante a realização do curso. Para tanto, o Curso CDE foi estruturado nos seguintes Módulos: **Gênero e Diversidade; Corpos e Corporeidades e Relações de Gênero e Sexualidade na Escola.**

No desenvolvimento dos módulos serão realizadas atividades avaliativas, além da entrega e apresentação de projetos didáticos de intervenção ao final do curso, conforme descritos a seguir:

- **Fórum**

Durante o Curso iremos priorizar o fórum do tipo P/R (perguntas e respostas), onde o/a participante só visualiza a resposta dos demais após a postagem de sua participação, permitindo, assim, que o/a docente obtenha uma resposta mais direta e individual de cada discente. Este fórum, no entanto, permite, também, a colaboração entre os participantes, pois, após colocar sua primeira resposta em determinado tópico, o/a discente pode interagir livremente.

O/A docente observará que cada pergunta corresponde a um tópico. A primeira postagem do/a discente é a que será utilizada para avaliação e o/a discente deve se atentar para os prazos estipulados pelo/a docente para as postagens de suas respostas e comentários.

- **Questionário**

Este recurso permite ao/à docente projetar e definir testes, consistindo em perguntas de múltipla escolha, verdadeiro-falso e resposta curta e muito mais. Cada tentativa é marcada automaticamente e o/a docente pode optar por fornecer feedback e / ou mostrar as respostas corretas. A atividade Questionário permite criar e configurar questionários com questões de vários tipos, incluindo múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta entre outras). Cada tentativa é corrigida automaticamente, com exceção das questões dissertativas. Os questionários podem ser utilizados como pequenos testes para tarefas de leitura ou no final de um módulo.

- **Memorial**

Para a escrita do memorial, cada cursista deve rever, refletir e avaliar sua trajetória no curso identificando se as leituras feitas influenciaram seu modo de ver determinados fatos, atitudes e comportamentos e se chegaram a perceber alterações em si. Após essa reflexão o/a cursista deve descrever as formas pelas quais os conteúdos estudados interferiram ou não, em sua prática pedagógica, destacando fatos significativos ocorridos na família, na escola, no grupo de amigos/as e que tenham relação com os temas estudados. Deve identificar o que gostou, o que não gostou, os pontos positivos e negativos, críticas e sugestões para que melhore o curso.

Um memorial descritivo é como uma autobiografia acadêmica em que a pessoa deve descrever, analisar e criticar os acontecimentos, aprendizados e experiências mais relevantes de sua trajetória acadêmica, relacionando-a sempre com as possibilidades de tal abordagem para a vida profissional. Desta feita, o memorial tem por objetivo apresentar um relato analítico das experiências e trajetória estudantil, sua escrita deve ser objetiva, relacionando-se sempre às temáticas estudadas, observações de seus aprendizados, relacionando leituras de textos lidos, desnudando sentimentos e expectativas e sempre refletindo sobre os impactos e encaminhamentos em sua atividade profissional.

- **Projeto Didático de Intervenção**

O Trabalho final do Curso CDE, deve ser elaborado sob a forma de um **projeto didático de intervenção**, definido como um conjunto articulado

de ações e pelo envolvimento de pessoas motivadas para o alcance de um objetivo comum, por meio de estratégias previstas num tempo determinado (início, meio e fim), com recursos limitados e sob constante avaliação.

Para empreender um projeto de intervenção é fundamental estar convicto da necessidade de mudança, motivado pela relevância do tema, pelas ações a serem implementadas e pelo desafio de levar a termo a proposta que se pretende empreender, buscando elucidar situações reais nas quais ele se manifesta e constituindo assim uma situação-problema. Esta situação é o foco da intervenção, uma delimitação capaz de modificar uma realidade que é complexa, numa situação simplificada e com a qual conseguimos lidar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. **O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009).** Revista Brasileira de Educação, v.16, 2011.

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 43-59, jan./abr. 2006.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções: Europa – 1789-1848.** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**, 1999. Disponível em: http://www.do.ufgd.edu.br/mariojunior/arquivos/construcao_multicultural_igualdade_diferenca.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, nº 2, jul./dez. 1995. Tradução de Guacira Louro).

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **Gênero e sexualidade nas tramas das lembranças e nas práticas escolares.** Curitiba: CRV, 2019.

Diferenças, Desigualdades e Diversidade na Educação

Rosyene Conceição Soares Cutrim

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Alberto Magno Moreira Martins

Em uma sociedade estruturada na diversidade, como conviver com as diferenças, reconhecendo as desigualdades, defendendo e garantindo condições igualitárias para todos, todas e todes?

Um dos motes da contemporaneidade é, sem dúvida, o de garantir direitos humanos, a todos/as/es, sem distinção e de forma igualitária, sem condicionamentos a quem quer que seja, ou quais sejam seus marcadores sociais de identidade. Sabemos que a diversidade humana é fato. Constituídos de **marcadores sociais da diferença** de raça, cor, gênero, sexualidade, religião, classe social, região geográfica, indivíduos possuem suas identidades construídas sócio-histórica e culturalmente. Cada pessoa é um ser único e diverso. E a escola, assim como a sociedade, é um espaço onde estão concentradas inúmeras diferenças individuais que convivem diariamente. As relações sociais são permeadas pelas representações e significados das intersecções destes marcadores.

*Segundo Lins et al (2016), **marcadores sociais da diferença** são marcas sociais que nos diferenciam uns dos outros e produzem desigualdades entre nós. Como por exemplo, os marcadores de gênero (como homem, mulher, transexual), de cor/raça (negro, branco, pardo, amarelo, indígena), de geração (criança, adolescente, jovem, adulto e terceira idade),..., de orientação sexual (assexual, heterossexual, bissexual e homossexual) e de classe social (pobre, classe média e rico). Uma pessoa pode se identificar, ao mesmo tempo, como mulher, negra, jovem, periférica e lésbica, enquanto que outra pessoa se identifica como sendo homem, branco, cisgênero, heterossexual, classe média e de terceira idade. Essas características marcam como cada um irá experimentar o mundo.*

Um dos grandes desafios do século XXI é, portanto, saber como lidar com a diversidade, visto que este é um aspecto fundamental para o convívio pacífico na sociedade. Assim, se faz necessário, assumir a existência da pluralidade de sujeitos e uma postura de reconhecimento das diversidades. Entendemos ser necessário, (re)conhecer as diversas **identidades** dos indivíduos, a partir dos variados marcadores sociais de diferença de corpos, gêneros, sexualidades, cor, raças, etnias, religiões, gerações etárias, classes sociais e outras tantas, garantindo neste contexto o exercício da cidadania de todos/as/es, de forma que as relações estejam baseadas na justiça, em valores democráticos e laicos e na prática do diálogo e do respeito. Vejamos a ilustração abaixo com alguns marcadores sociais possíveis, haja vista entendemos que eles são diversos e estão imbricados com as construções sócio-históricas, culturais e políticas de cada ser humano.

Figura 1 - Identidade e marcadores sociais de diferenças



Fonte: Elaborada pelos autores (2022).

A ideia que um indivíduo faz de si mesmo, de seu “eu”, é intermediada pelo reconhecimento obtido dos/as/es outros/as/es, em decorrência de sua ação. Nenhuma identidade é construída no isolamento. Ao contrário, é negociada durante toda a vida, por meio do diálogo, parcialmente exterior, parcialmente interior, com os/as/es outros/as/es. Tanto a identidade pessoal quanto a identidade socialmente derivada são formadas em diálogo aberto e dependem, de maneira vital, das relações dialógicas estabelecidas com os outros. Esse é um movimento através do qual passa todo e qualquer processo identitário e, por isso, diz respeito, a construção sócio-histórica, cultural e política vivenciada.

Tomaz Tadeu da Silva (2017) define, entre outros conceitos, o da perspectiva pós-estruturalista, na qual a diferença é um processo linguístico e discursivo e uma característica natural, mas sim produzida discursivamente, assim como também é sempre uma relação: não se pode ser “diferente” de forma absoluta, a diferença se dá em relação a outro considerado “não diferente”, em um processo discursivo intermediado por relações de poder, no qual um é o diferente (avaliação negativa) e outro não diferente tem avaliação positiva. A identidade, assim como a diferença, é uma relação social, permeada pelas relações de poder, declarando quem pertence e quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Observem a charge abaixo e analisem o diálogo:

Figura 2 - Charge Mafalda



Fonte: Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/26603804>. Acesso em 20 nov. 2024.

Tudo isso implica na padronização de certos indivíduos sobre outros, numa clara normatização de uns em detrimento de outros. Normalizar significa positivar determinada identidade em relação a negatividade de outra. A identidade normal é ‘natural’, única, é a desejável, detentora de direitos.

A exemplo disso, nossa atual sociedade é cisheteronormativa, isto é, no qual o padrão normativo imposto é considerado como o correto e que nos reporta a sujeitos enquadrados na normatividade, de uma sociedade que privilegia as pessoas **cis**, aquelas que se identificam com o gênero conforme genitália biológica e **heterossexual**, desejo afetivo/sexual pelo sexo/gênero oposto. Estabelecem-se, assim, as desigualdades.

Todas as formas de desigualdades têm sua origem nas diferenças entre as pessoas, no entanto, estas diferenças não podem ser confundidas com desigualdades e ser sustentáculo para uma sociedade preconceituosa e discriminatória. Diferença é o contrário de semelhança e não de igualdade, que tem como seu oposto a desigualdade.

Portanto, o trato correto para uma sociedade democrática e justa é reconhecer as diferenças e lutar pela igualdade, de forma que venha impedir as injustiças baseadas nas desigualdades de direitos. Vale citar Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56), quando diz:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades.

Neste sentido, a educação tem uma grande missão: assegurar e defender a plena cidadania de todos/as/es, independentemente de sua condição de raça, classe social, gêneros, sexualidades, religião, geração, enquanto humanos somos diferentes, sim! Mas como cidadãos/ãs, em uma sociedade democrática, somos iguais em direitos e deveres. Somos desiguais na igualdade, ou seja, todos somos diferentes, mas os direitos são iguais. Cada ser é único e singular e deve ser respeitado em sua particularidade. A escola, portanto, deve articular igualdade e diferença, no entender que as pessoas têm igual valor, mas são indivíduos e possuem constructos diversos.

Ressaltamos ainda que, as questões da diversidade, do trato ético e democrático das diferenças, da superação de práticas pedagógicas discriminatórias e excludentes se articulam com a construção da justiça social, a inclusão e os Direitos Humanos. Assim, as Políticas Educacionais voltadas ao direito e ao reconhecimento à diversidade estão interligadas à garantia dos direitos sociais e humanos e à construção de uma educação inclusiva. Faz-se necessária a realização de políticas, programas e ações concretas e colaborativas entre os entes federados, garantindo que os currículos, os projetos político-pedagógico, os planos de desenvolvimento institucional, dentre outros, considerem e contemplem a relação entre diversidade, identidade étnico racial, igualdade social, inclusão e Direitos Humanos. (Brasil, 2013, p. 40).

Na sociedade, as escolas são (ou deveriam ser) a mediação do entendimento da existência de diferenças e que nenhuma diferença deveria ser fortalecida ou padronizada como desigualdade. As identidades são processos complexos de constructos sócio-históricos, políticos e culturais diferen-

ciados, e é no ambiente escolar que elas se encontram, se relacionam e se modelam, tornando este espaço como o mais significativo e importante para o cultivo e respeito das diferenças.

No entanto, na realidade, a escola, que deveria ser um espaço público e democrático, se constitui como o agente excludente e opressor dos sujeitos que estariam a margem do padrão normativo da sociedade. Nestes termos Cutrim (2020, p. 33), em sua pesquisa de mestrado, destaca que:

Ser diferente não significa ser desigual, e o que temos na realidade brasileira é uma escola racista, sexista, machista e LGBTQfóbica, que traz insegurança e desestabilidade para alguns e algumas. Entendemos a urgência do reconhecimento de forças contrárias à garantia de direitos humanos dos “excluídos”, do sistema educacional, pelo simples fato de não pertencer aos padrões normativos ditados por nossa sociedade preconceituosa. Inúmeras crianças, jovens, adolescentes e adultos, anualmente, são expulsas e excluídas das escolas brasileiras, comprometendo suas trajetórias educacionais devido às desigualdades, discriminações e violências na sociedade e no ambiente escolar.

Problematizar as diferenças, nos dias atuais, é uma bandeira de luta política. Essa reflexão passa por atitudes de respeito e aceitação de que, em uma sociedade plural, pautada pelo entendimento de que todos têm os mesmos direitos e deveres e que, atitudes de discriminação, devem ser combatidas, sobretudo, no ambiente escolar, pois as ideologias discriminatórias naturalizam em nossa sociedade os preconceitos e as desigualdades historicamente construídas.

Os movimentos sociais pela diversidade sexual identificam a escola como uma das instituições fundamentais para promoção de políticas de inclusão voltada para os direitos humanos e o reconhecimento da diversidade. Para tanto, é fundamental assegurar a todas as pessoas uma educação que vislumbre a diversidade e pluralidade de orientação sexual presente em nossas sociedades. O movimento LGBT, portanto, tem importante papel na exigência de políticas educacionais que combatam as práticas homofóbicas no interior dos sistemas escolares

Contudo, o sistema educacional brasileiro consolida o padrão imposto como correto e digno de garantia de direitos para uns/umas/es e com trato de estranheza, isolamento, desrespeito, preconceitos e discriminações para outros/as/es, negatizando, assim, as diferenças e fortalecendo a falsa sinonímia entre desigualdade e diferença.

O processo de exclusão não acontece de forma aleatória, pois tem rosto e identidade. São indivíduos com suas marcas identitárias étnico-raciais, regionais, culturais, de gênero, sexualidade, regionalidade, cultura, dentre outros que pune de forma distinta, precisa e focalizada os que são diferentes – povos indígenas, quilombolas, camponesas, deficientes, jovens negros/as/es da periferia, segmento LGBTQ+ e tantos outros/as/es.

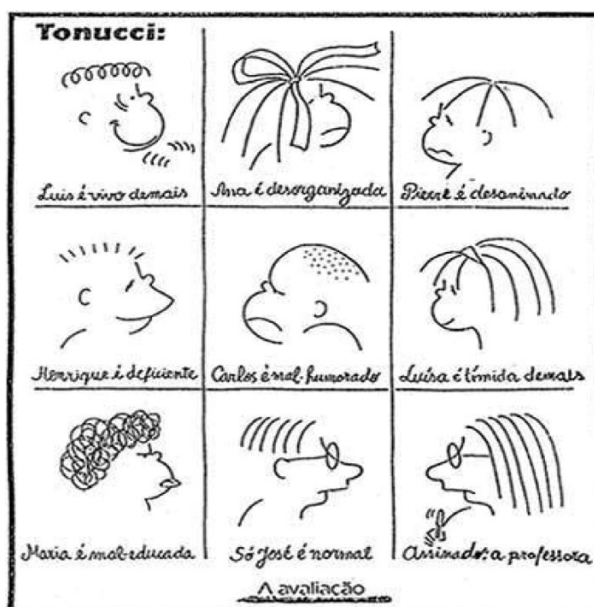
Observem a charge de Francesco Tonucci sobre a diversidade na sala de aula e analisem o contexto: O que chamou mais a atenção nesta sala de aula? Por que será que o José é o único aluno normal na sala?

A charge de Tonucci, revela a visão limitada e preconceituosa da professora, pois o que é diferente em relação a ela é o estranho, esquisito e anormal. Notamos que a docente avalia conforme seus valores, seu processo de vida, julgando alunos/as/es que diferem dela, influenciando, negativamente as diferenças. E você acha que a escola pode contribuir com uma vivência mais democrática, laica e justa diante da diversidade?

Enfim, tentamos com este texto, alertar para a possibilidade de uma sociedade diversa, na qual as diferenças, sob as tratativas da ética e dos direitos humanos, sejam promovidas como forma de acesso à cidadania de qualquer pessoa. Significa que devemos levar em conta as diversidades, no momento que convivemos em espaços sociais e educativos mesmo com suas variadas visões de mundo e modos de vida. Urge, portanto, a necessidade de formação dos profissionais de educação pautada na criticidade e análise reflexiva, visando uma escola plural que reconheça a diversidade e respeite as diferenças, para que todos/as/es que nela estão inseridos/as/es alcancem a completa cidadania em suas identidades e especificidades. Só reduziremos a desigualdade com a valorização das diferenças.

Defendemos e concordamos com os escritos do Curso GDE (2009) pela construção de práticas didático-pedagógicas estruturadas na pedagogia da

Figura 3 - Charge de Tonucci



Fonte: Disponível em: <http://www.minutopsicologia.com.br/postagens/2015/06/02/a-crianca-ideal/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

diversidade ou das diferenças que incorporem todas as pessoas e grupos sociais para o reconhecimento da diversidade, na promoção da igualdade e no enfrentamento do preconceito e a todas as formas de discriminações, a luz dos direitos humanos.

Sugestão de Atividades para adolescentes e jovens

Que tal discutir essas questões com seus alunos e alunas, em seguida apresentar a charge do cartunista Laerte abaixo e solicitar que escrevam algumas linhas sobre o que entendem por normalidade em nossa atual sociedade?

Figura 4 - Charge do cartunista Laerte



Fonte: Disponível em: http://murieltotal.zip.net/arch2011-05-22_2011-05-28.html. Acesso em: 12 ago. 2023.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diferentes Diferenças**: educação de qualidade para todos. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, SECADI, 2013.

BRASIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

CUTRIM, Rosyene Conceição Soares. **Educação para a Igualdade de Gêneros e Sexualidades**: entre ditos, interditos e feitos numa proposta de intervenção no Ensino Médio. Orientadora: Sirlene Mota Pinheiro da Silva. Dissertação (Mestrado em Gestão do Ensino da Educação Básica, Universidade Federal do Maranhão, 2020).

GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Aletria. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Disponível em: <http://ideario.org.br/wp/wp-content/uploads/2013/10/nilma-lino.pdf>. Data de acesso: 22. mar. 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos culturais. 15. ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed; 10. Reimp – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

Estereótipos, Preconceitos e Discriminação

Tatiane da Silva Sales

Ana Paula dos Santos Soares

Neste capítulo iremos discutir um pouco sobre como conviver em uma sociedade em que as pessoas ainda são avaliadas, selecionadas e discriminadas por suas/es formas de ser, viver, existir e pensar e que, por conta disso, são desqualificadas socialmente.

A sociedade em suas múltiplas formas de vivências, manifestações e organização social/ cultural é um composto diverso e caleidoscópico, difícil de segmentar, estratificar e encaixar em modelos rígidos e fixos, no entanto, à revelia de todo este aparato construído com base na diversidade, o que historicamente se observa é a busca pela qualificação x desqualificação de grupos e pessoas em suas diversidades físicas, religiosas, organizacionais, identitárias dentre tantas outras.

Estereótipos, preconceitos e discriminações são fenômenos presentes nos agrupamentos humanos desde fomento das organizações humanas, porém isso não os torna inerentes à condição humana, mas diz muito acerca de nossa organização. Ao longo do tempo tais comportamentos foram percebidos de maneiras diferentes, passando desde atitudes consideradas aceitáveis socialmente ao segmentar grupos de pessoas tidas como inferiores até a compreensão excludente de organização social e seu caráter de denúncia das hierarquizações.

Pudemos observar o quanto alguns mecanismos sociais tentam encaixar para a homogeneização da sociedade e, resultante, desqualificação de todo movimento e existência que estejam para além daqueles grupos dominantes. Esses formatos foram (e de alguma forma ainda são) travestidos por meio de discursos segmentadores de ordem científica, religiosa, moral, econômica, dentre outros, e reforçam os ideais hierárquicos da sociedade.

Quais impactos tais atitudes de estereótipos, preconceitos e discriminação têm no cotidiano das pessoas? E que relação é possível fazer com a educação?



Estereótipos são crenças sobre as características sociais e comportamentais de um grupo de pessoas baseada em visões reforçadas acerca deste mesmo grupo e que, necessariamente, não os/as/es representa, contanto, oferece uma imagem simplificada dos/as/es mesmos/as/es, no qual, independente da situação, pessoas relacionadas a este grupo são avaliadas/es e condicionadas/es ao padrão que lhes foi submetido anteriormente.

Sendo assim, é comum se referir ao padrão de comportamento da pessoa com base em local de nascimento, seu gênero, seu sexo, sua etnia, etc., vemos como exemplo a associação que se faz em relação às pessoas LGBTQIA+ que muitas vezes são vistas como pessoas mais propensas a determinados comportamentos relacionados a promiscuidade, desta forma é possível refletir: que justificativa usa-se para tais afirmativas? apenas a concepção sócio historicamente consagrada sobre essas pessoas que acabam se divulgando, perpetuando e influenciando diretamente sobre corpos e vidas.

Relacionado diretamente aos aspectos sociais que dialogam com as concepções engessadas de umas/es pessoas com as/es outras/es, está a manifestação de preconceito a que se manifestam e geram como consequência submissões de uns/umas/umes aos/às/es outros/as/es.

O poder do Estado monopolizado por um grupo contribui para a promoção de vozes únicas e que desfavorecem, silenciam e isolam determinados grupos marcados por etnias, raça, religião, sexo, orientação sexual, região, dentre tantas outras marcas, tais manifestações geram isolamentos, reforçam estereótipos e negligenciam a legitimidade e modo de existir e resistir de tais pessoas. Temos como resultado uma sociedade segmentada e lida por meio de modelos e formas de relacionar-se por meio de atos, expressões e estabelecimentos sociais que ocorrem em julgamentos concebidos previamente.

Desta forma, cria-se uma visão sobre determinada pessoa, visão de mundo, atitude, entre outros, e, após fomento das características visualmente concebidas pelos estereótipos, os conceitos também são *pré*-formados num ato de julgar ou emitir juízo antes de conhecer. De acordo com Andreucci (2016, [s.p]), preconceito é:

[...] “uma opinião ou sentimento, favorável ou desfavorável, concebido sem exame crítico, ou ainda atitude, sentimento ou parecer insensato, assumido em consequência da generalização apressada de uma experiência pessoal ou imposta pelo meio, conduzindo geralmente à intolerância”.

O preconceito está presente em várias situações do cotidiano, passando de situações consideradas adequadas para comportamento de mulheres, por exemplo, à religião, vestuário, sexualidade, beleza, e muitos outros exemplos que poderiam ser replicados aqui. No que tange a questão étnico racial, por exemplo, um levantamento do Ipec (Inteligência e Pesquisa em Consultoria Estratégica), em 2023, aponta que 8 em cada 10 brasileiros acham que o Brasil é um país racista, 44% das pessoas entrevistadas considerada raça, etnia e cor como um fator de desigualdade no Brasil e cerca de 51% já presenciou alguma situação de racismo (Giusti, 2023).

Exemplos de tipos de preconceitos:

Apesar de muito próximos e relacionais, os termos preconceitos e discriminação tem significados diferentes, enquanto o preconceito é um pré-julgamento sobre determinada pessoa ou situação, a discriminação é o ato de tratar diferente e segmentar, sendo, portanto, a efetivação mais concreta das duas atitudes anteriores. No ato discriminatório se tem os dados mais evidentes das concepções que foram fomentadas anteriormente, muitas vezes, provocada e motivada pelo preconceito e visões estereotipadas de outrem, podendo ocorrer por sexo, idade, raça, classe social, religião, necessidades especiais, doença, aparência, região geográfica.

Figura 1 - Diferentes estereótipos



Fonte: Figura elaborada pelas organizadoras, a partir de imagens do Canva (2024)

“De fato, estereótipos e preconceitos são fenômenos muito complexos, pois incluem, de maneira interligada, mas não mecânica, processos subjetivos, individuais e processos objetivos, institucionais. Machismo, racismo, homofobia, etc., são tecidos sociais que se sustentam em instituições e práticas sociais que nos moldam, mas que somos capazes de intervir e mudar.” (Camino, 2011, p. 12).

Assim, discriminação é uma ação ou efeito de separar, segregar, promovendo reflexos diretos na geração de inúmeras formas de violência tais como apelidos, xingamentos, exclusões de determinados grupos, agressões físicas, mortes.

A Escola é palco destes diversos espaços em que estereótipos, preconceitos e atos discriminatórios se efetivam, precisamos estar atentos/as/es para as múltiplas possibilidades em que tais situações são postas no ambiente escolar, seja por meio da forma que abordamos algum conteúdo do componente curricular até as situações sociais vividas entre os/as/es alunos/as/es.



Desta forma, sobre a relação entre preconceito e discriminação no ambiente escola, em 2009 a Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE), divulgou uma pesquisa chamada “Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar”, aplicada em 501 escolas, dos 27 estados brasileiros. A pesquisa tinha como objetivo analisar a abrangência e incidência do preconceito e da discriminação em áreas temáticas, entre elas, de gênero e orientação sexual. Do público presente no ambiente escolar (estudantes, professores/as, diretores/as, profissionais da educação, pais e responsáveis) que responderam à pesquisa, 93,5% disseram que tem preconceito de gênero e 87,3% com orientação sexual.

Figura 2 - Níveis de preconceito no ambiente escolar



Fonte: Pesquisa sobre preconceitos e discriminação no ambiente escolar (FIPE).

Níveis de preconceito no ambiente escolar

Ainda em 2009, a Fundação Perseu Abramo (FPA), traz o tema do preconceito contra a população LGBT no Brasil e pública a pesquisa “Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diferenças sexuais”, cujo objetivo era identificar e medir o preconceito contra essa população, considerando a própria percepção da comunidade e da sociedade em geral.

O estudo, detectou a existência do preconceito explícito, a forte influência da religião e despreparo das famílias e da sociedade para receber o novo, a aceitação/rejeição à orientação sexual. A pesquisa apontou que 93% dos entrevistados responderam afirmativamente ter no Brasil preconceito contra travestis, 91% contra transexuais, 92% contra gays, 92% contra lésbicas e 90% contra bissexuais. Porém, quando perguntados se são preconceituosos, apenas 29% afirmaram que tem preconceito contra travestis, 28% contra transexuais, 27% contra lésbicas e bissexuais e somente 26% contra gays (Fundação Perseu Abramo, 2009).

Portanto, a escola enquanto o espaço por excelência da formação de valores e atitudes, que abarca toda a diversidade presente na sociedade, deve estar alerta para as práticas discriminatórias e tem como desafio buscar estratégias de combate às violências que envolvem o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, dentre outra forma de opressão.

Sugestão de Atividades para adolescentes e jovens:

Tema: **Estereótipos, Preconceito e Discriminação**

Apresente aos/às discentes a charge abaixo e solicite a leitura silenciosa dela.

Figura 3 - Charge Discriminação racial



Fonte: Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-5-Charge-Discriminacao-racial_fig4_363417551 12 ago, 2024.

Após leitura da charge, proporcione uma conversa acerca dos dados recentes e dos possíveis motivos que Camilo (o menino negro da imagem acima) não poderia brincar de apostar corrida naquele momento.

Destaque os conceitos de ESTEREÓTIPOS, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITOS e após abordagem conceitual e discussão das práticas sociais do Brasil, solicite da turma o escrito de um texto acerca do tema, este pode ser feito em vários formatos (dissertativo, diário, poesia, paródia etc.) e pode ser individual ou coletivo. Então, abra para o debate com a apresentação dos textos e deixa reflexões para atividades posteriores. Importante suscitar o debate para a inclusão de outros aportes discriminatórios no Brasil, quais sejam: gênero, sexualidade, classe, região geográfica, etarismo, capacitismo, dentre outros.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Ricardo. Preconceito, Discriminação e Intolerância no Brasil. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/preconceito-discriminacao-e-intolerancia-no-brasil/>. Acesso em: 15 de fev. de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. Pesquisa sobre Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf. Acesso em: 05 ago. 2023

CAMINO, Leoncio. Prefácio. In: LIMA; TECHIO (orgs.) **Cultura e Produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal**. TechnoPolitk, Brasília, 2011.

GIUSTI, Iran. 8 em cada 10 brasileiros acha que o Brasil é um país racista, revela pesquisa. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/8-em-cada-10-brasileiros-acham-que-o-brasil-e-um-pais-racista-revela-pesquisa,a0c267b2e93077355cd5cd7252de2f39abdlwivw.html> Acesso em: 01 de junho de 2024

MAZZON, José Afonso (org.). **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar**, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. 2009. Produto 7. Relatório analítico final. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 02 maio. 2024.

VENTURINE, G. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil: Intolerância e respeito as diferenças sexuais** São Paulo: Editora, 2011. Disponível em <https://fpabramo.org.br/2010/02/13/diversidade-sexual-e-homofobia-no-brasil-intolerancia-e-respeito-as-diferencas-sexuais>. Acesso em 10 mai. 2024.

A invenção da “ideologia de gênero”

Jónata Ferreira de Moura

Certamente você já deve ter ouvido falar do termo ‘ideologia de gênero’ na mídia, em conversas do cotidiano, em atividades religiosas realizadas por padres ou pastores e por seus/suas beatos/as, nas escolas e até mesmo nas tão acirradas propagandas políticas. Mas você saber o que é ‘ideologia de gênero’? Saberá dizer quem inventou esta falácia? Neste capítulo, tentaremos esclarecer como e de onde surgiu este termo.

Recorremos a Miskolci e Campana (2017) e a Junqueira (2017, 2018), para lembrarmos que em meados dos anos de 2014 a 2016 houve uma eclosão em dezenas de países mundo a fora de um ativismo religioso reacionário que encontrou no gênero o principal mote em suas mobilizações, assim:

“Gênero”, “ideologia de gênero”, “teoria do gênero” ou expressões afins são brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes (Junqueira, 2017, p. 25-26 destaques do original).

Uma ação religiosa, extremamente política e com o intuito de reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes pode ser vista na série criada em 2021 pela TV Canção Nova, fundamentada na Antropologia Cristã e na **Teologia do Corpo** com base na formação biológica do homem e da mulher, chamada *Ideologia de gênero: uma ameaça aos valores cristãos*. Esta série, composta por especialistas da área da psicologia, do direito e da antropologia cristã, afirma que a ‘ideologia de gênero’ foi criada por pesquisadores e estudiosos que discutem e investigam os estudos de gêneros e sexualidades, e

que estes, com suas pesquisas e proposições estão destruindo a formação da família cristã, ferindo a ordem natural criada por Deus e ensinando as crianças a serem homossexuais.

A Antropologia Cristã e a **Teologia do Corpo** foram marcas do pontificado de João Paulo II com a colaboração do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, papa Bento XVI. Nelas há a concepção de complementaridade de gênero como expressão do propósito de Deus para a humanidade. Tanto a Antropologia Cristã como a Teologia do Corpo pregam que a natureza humana é entendida como imutável e universal, assim como o masculino e o feminino são compreendidos como exemplos de uma natureza estática, comum e eterna. O ser humano é dividido em dois tipos distintos, cada um com suas próprias diferenças que são normativas e dadas por Deus. Para Junqueira (2017; 2018) essa maneira de ver o gênero pressupõe uma visão metafísica da natureza humana que é mundo essencialista; essa antropologia e teologia defendem a complementaridade dos sexos, não apenas no nível da reprodução, mas em nível espiritual, social, intelectual, psicológica, ou seja, em todo o leque social.

A série tem como base a fé cristã católica, e ensina como o cristão deve se comportar diante da “ideologia de gênero” a partir do entendimento da Antropologia Cristã e da Teologia do Corpo. Acessem os vídeos e vejam o que dizem, bem como os tons pessimistas clamando à sociedade para encarar um inimigo imaginário comum que a série dissemina.

Primeiro vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=79cxh-tj6Pc>

Segundo vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=SS3gt8jSiWs>

Terceiro vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=bh7i4toYqOk>

Quarto vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=Kgp16M_W2zY

Contrário à série criada pela TV Canção Nova buscamos na literatura científica, nas investigações sérias que discutem e produzem conhecimento sobre os Estudos de Gênero as argumentações para mostrar a origem da falácia e assim refutar o histerismo religioso criado e propagado. Podemos afirmar que “o nebuloso sintagma ‘teoria/ideologia de gênero’, com suas

variações, é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000” (Junqueira, 2017, p. 26).

Esta invenção católica começou a ser gerida em meados dos anos de 1980, quando a Igreja de Roma colocou em marcha o gradativo, estruturado, articulado e sólido projeto de criação da “Teologia do Corpo”. Curso do qual se instituíram as condições para a produção das premissas que, a partir de meados da década de 1990, iriam compor o núcleo do discurso da Santa Sé sobre a ‘ideologia de gênero’ (Junqueira, 2017; 2018).

Na década de 1990, com a aprovação dos documentos da Conferência Internacional sobre População, no Cairo (ONU, 1994), e da Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim (ONU, 1995), o Vaticano convidou especialistas para iniciar um contra-ataque com o propósito de reafirmar a doutrina católica e rejeitar ideias que seriam contrárias à naturalização da ordem social e moral. Quem entra em cena? Segundo Junqueira (2018), a ensaísta e professora de Filosofia da Clark University, Christina Hoff Sommers, que publicou o livro *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*; a conferencista autodidata e ensaísta estadunidense Dale O’Leary, membro da Opus Dei, que publica o livro *The Gender Agenda*, e é traduzido para diversos idiomas; e o monsenhor Michel Schooyans, também ligado à Opus Dei, é crítico ferrenho ao aborto, ao uso de contraceptivos e dos supostos defensores da cultura anti-família, do “colonialismo sexual” e da “ideologia da morte”.

Este e estas ultraconservador/as conseguiram fortalecer o discurso antigênero e as argumentações da Santa Sé sobre a existência da ‘ideologia de gênero’, supostamente, criada por pesquisadores do campo dos Estudos de Gênero. O uso da falácia ‘ideologia de gênero’ não é sinônimo de Estudos de Gênero, e quando usado o termo teoria (teoria de gênero), “aparece sempre no singular e, frequentemente, é substituída por ‘ideologia’ – termos curiosamente tratados como sinônimos nos documentos da Cúria Romana dedicados ao tema” (Junqueira, 2017, p. 27).

Mas, foi somente em 2003, com a publicação do *Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas* que a Cúria Romana conseguiu propagar com maior fervor sua negativa e total desprezo pelos Estudos de Gênero, pela luta feminista e do grupo LGBTQIA e outros minorizados com as determinações para bispos e padres do mundo todo sobre a temática, contido no texto *Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais*, do então cardeal Joseph Aloisius Ratzinger, o qual faz parte do *Lexicon* (Junqueira, 2017, 2018).

Na Igreja Católica latino-americana, as discussões sobre ‘ideologia de gênero’ aparecem na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe de 2007, conhecido como “Documento de Aparecida”. Nele,

há uma agenda comum contra o que a igreja designou como ‘ideologia de gênero’, algo que foi exposto primeiramente pelo então cardeal Ratzinger e logo retomado em outros documentos oficiais da Igreja, como:

Conselho Pontifício para a Família (“Família, matrimônio e uniões de fato”, 21 de novembro de 2000) e, posteriormente, na Congregação para a Doutrina da Fé, “Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo” (maio de 2004). Em suma, com o documento de Aparecida, a batalha contra a “ideologia de gênero” era declarada em toda a América Latina (Miskolci; Campana, 2017, p. 728 destaques do original).

No Brasil, a falácia ‘ideologia de gênero’ é incorporada no cenário político de tal modo que se tornou o discurso da extrema direita e da centro-direita para capitanear visibilidade e votos nas eleições presidenciais de 2014 e 2018. O pesquisador Rafael Toitio (2020), analisa o cenário político brasileiro vinculando-o à temática. Segundo ele, desde dezembro de 2010, no final do Governo Lula, já havia discursos eloquentes sobre um suposto **kit gay**; e em maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal aprova a união civil entre pessoas do mesmo sexo, isto causa desconforto moral e atentado para a família natural, segundo deputados e senadores extremistas, um deles é o então deputado federal Jair Bolsonaro.

No entanto, o tal “kit” nada mais era do que um conjunto de recursos didáticos organizados teórico e metodologicamente com base científica (livros, cartilhas, vídeos) para trabalhar a questão da discriminação e do preconceito LGBTtransfóbicos no Ensino Médio de escolas públicas brasileiras e fazia parte do Programa “Escola sem Homofobia”. Ou seja, não tem relação alguma com um kit gay, mas um kit para ajudar no combate aos preconceitos LGBTtransfóbicos.

Se desejar, acesse o link da página da Revista Nova Escola, leia a reportagem e **Conheça o “kit gay” vetado pelo governo federal em 2011.**

O kit se tornou algo monstruoso que deveria ser eliminado. E isso se tornava tão mais forte quanto mais se tornava evidente o fato da aprovação da união civil ser, naquele momento, o avanço mais significativo da assimilação da pauta LGBT pelas instituições do regime democrático formal, o que tornava urgente um contra-ataque das forças conservadoras. Esse foi dado sobre o governo Dilma. Em pouco tempo, surgiram muitas críticas de igrejas e entidades civis, além de partidos e parlamentares, que em parte integrava a “base aliada” do governo iniciado em 2011. Nesse processo, a “bancada evangélica” se articulou e mostrou a sua força, chantageando o Executivo até este cancelar a ação de política educacional que estava pronta e prestes a ser implementada. Nos próximos anos, Bolsonaro continuou um dos principais adversários da pauta LGBT. E assim continuou porque essa insistência lhe garantia uma notoriedade renovada e espaço na mídia. Em entrevista dada em 2017, ele afirmou: “O ‘kit gay’ foi uma catapulta na minha carreira política” (Toitio, 2020, p. 82, destaques do original).



Com isso, o então deputado Bolsonaro deu início à construção de um pânico moral em torno do tema, espalhando bravatas que asseguravam que as escolas públicas tinham como meta transformar as crianças em homossexuais e presas fáceis para pedófilos, com isso ele alimentava e intensificava a discriminação existente, ao mesmo tempo que estimulava a organização de um movimento em torno do combate das políticas LGBTQI+ que lhe dava visibilidade política com seus discursos tóxicos e carregadas de mentiras.

Mas, como que um deputado de nenhuma visibilidade política no cenário brasileiro consegue tanto feito com suas falas mentirosas e preconceituosas? Recorremos a Toitio (2020), novamente, para mostrar como a investida bolsonarista foi sendo engendrada:

Isso apenas foi possível porque Bolsonaro falseava os fatos, distorcendo o que era a ação governamental. E continuou ao longo dos anos. Há um pouco mais de um mês do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018, ao ser indagado no jornal televisivo de maior audiência do país sobre o seu reiterado comportamento e discurso homofóbicos, ele respondeu mentindo. Por exemplo, quando apresentou o livro *Aparelho sexual e cia.* afirmando que fazia parte do kit, que tinha sido distribuído para as escolas públicas e usado na educação de crianças a partir de seis anos de idade, o que não procedia. No entanto, a sua versão manipulada dos fatos lhe rendia audiência: de acordo com a fala do então candidato, uma *live* numa rede social que fez sobre o livro lhe rendeu cerca de “quarenta milhões de acessos em quinze dias”. E arrematou: “um pai não quer chegar em casa e encontrar o filho brincando com boneca por influência da escola”. Aos poucos, no léxico bolsonarista, o termo “kit-gay” foi dividindo espaço com outro: “ideologia de gênero”. Esta seria, há um só tempo, a motivação política e o conteúdo pedagógico de tal kit, dando nome ao espectro que estava por trás das conquistas políticas do movimento LGBT e do feminismo. Durante a presidência, tocaria no assunto com alguma frequência, como em agosto de 2019, na Marcha para Jesus em Brasília, quando no palanque defendeu ser a “ideologia de gênero” “coisa do capeta”, expondo todo o seu louvor à abjeção dos corpos e vivências não-heterossexuais. Ou, como em maio de 2020, após o STF declarar inconstitucional uma lei municipal (de Nova Gama, Goiás) que vetava a discussão de gênero na educação básica, Bolsonaro declarou que enviaria um projeto de lei com “urgência constitucional” proibindo a tal “ideologia de gênero” na escola – o que não foi feito (Toitio, 2020, p. 82-83, destaques do original).

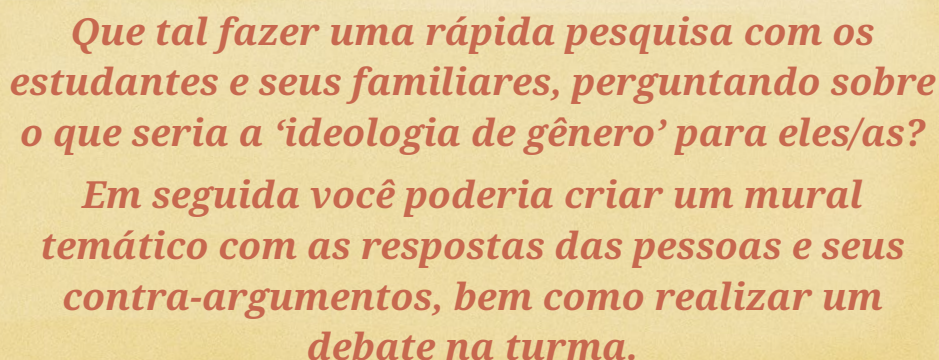
Pelo que temos discutido e problematizado até agora, faz sentido falar da existência de uma “ideologia de gênero”?



A resposta é sim. Vale a pena falar da existência de uma ‘ideologia de gênero’, mas não como narram os adeptos ao anti gênero, os extremistas conservadores que propagam o *status quo*, pois esta falácia não tem nenhuma relação e nem tampouco é produzido pelo campo dos Estudos de Gênero ou dos movimentos feministas e LGBTQIA+, mas sim, é “um dispositivo de origem vaticana urdido para promover uma agenda ultraconservadora, antifeminista e antagônica à democracia e aos direitos humanos entendidos em bases mais amplas e plurais” (Junqueira, 2017, p. 46).

Por isso, não é surpresa que, a falácia é eloquentemente proclamada como um *slogan* contrário à adoção da perspectiva de gêneros ou do reconhecimento da diversidade sexual e de gêneros em políticas públicas, no mundo social e educacional, ou nas relações humanas do nosso cotidiano.

Sugestão de Atividades para adolescentes e jovens:



Que tal fazer uma rápida pesquisa com os estudantes e seus familiares, perguntando sobre o que seria a ‘ideologia de gênero’ para eles/as? Em seguida você poderia criar um mural temático com as respostas das pessoas e seus contra-argumentos, bem como realizar um debate na turma.

REFERÊNCIAS

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**. v. 18. n.º 43, p. 449-502, set.-dez., 2018. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 fev. 2021.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. v. 32, n.º 3, p. 725-747, set./dez 2017. disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719>. Acesso em: 28 abr. 2021.

TOITIO, Rafael. “Ideologia de gênero” e “marxismo cultural” nas taras presidenciais: Marxismo e feminismo na “cena” política brasileira. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura** (Dossiê Temático: Teoria Social Crítica e LGBTI). v. 03, n.º 10, p. 80-108, abr.-jun., 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/10918>. Acesso em: 30 abr. 2021.



Módulo II

CORPOS E CORPOREIDADES

Objetivos:

- ✓ Refletir sobre a diversidade de corpos e corporeidades presentes nos espaços escolares.
- ✓ Reconhecer os diferentes corpos, buscando-se alternativas de combate aos preconceitos e discriminações na escola e na sociedade;
- ✓ Desenvolver atividades pedagógicas que reconheçam e valorizem a diversidade de corpos presentes nas escolas.

Educação e Corporeidade

Mirella Fernanda Nascimento

Neste texto, discutiremos aspectos do corpo humano, buscando-se refletir que o corpo não deve ser visto apenas pela perspectiva biológica. Ele ocupa espaços, tem sentimentos, sensações, e está inserido em uma cultura e tempo cronológico. Discutir o corpo é abordar o conceito de biopsicossocioespiritual.

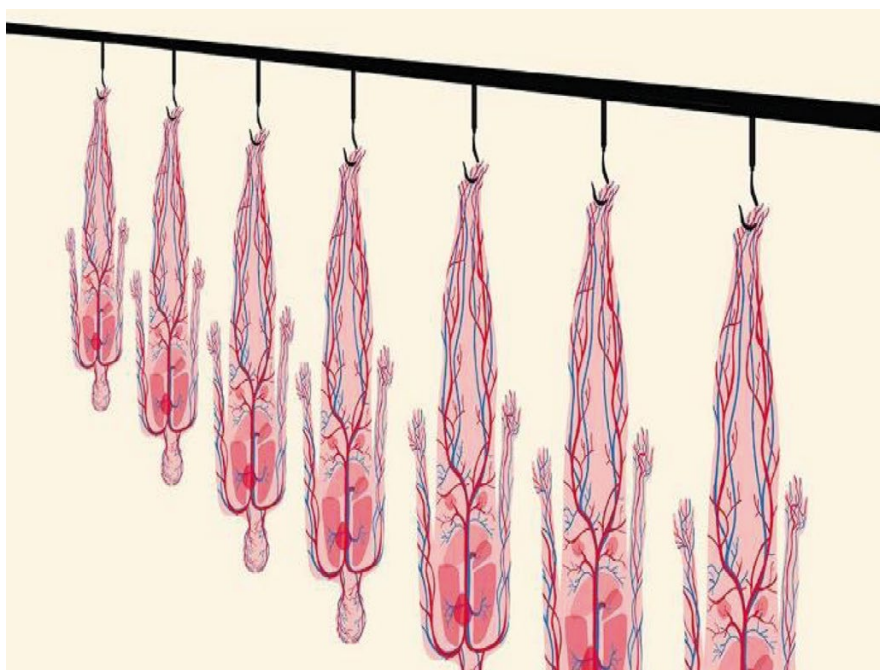
O corpo não é somente composto por seus órgãos e membros, mas está inserido em uma estrutura sócio-histórica que muda constantemente, moldando imagens do corpo ideal ao longo do tempo. Fatores biológicos mudam lentamente, mas os adornos e vestimentas mudam muito mais rapidamente, e esses também entram na discussão sobre corporeidade (Araújo & Meneses, 2011).

Os corpos são múltiplos e situados dentro da história e da linguagem. É a linguagem que atribui significados aos corpos, nomeando, classificando e instituindo o que é certo ou errado, feio ou bonito. Essas representações não são universais; mudam conforme a cultura de cada local evolui. Esses discursos baseados na linguagem produzem e reproduzem opiniões, falas e sentimentos.

De acordo com Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, o corpo é parte das microestruturas de poder, sendo adestrado e docilizado para servir ao capitalismo e seus objetivos. Esse corpo está cheio de limitações e proibições. Em *Microfísica do Poder* (2004), Foucault argumenta que a Medicina é uma aliada das estruturas de poder na manutenção do **corpo dócil**, direcionado para o trabalho e enriquecimento do poder. Ele denomina essa discussão de *Bio Poder*, em que a Medicina possui um papel civilizatório nas grandes cidades, tornando os trabalhadores mais aptos e as classes dominantes mais seguras. Vejamos a representação dos corpos dóceis na figura abaixo:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. [...] A disciplina aumenta as forças do corpo em termos econômicos de utilidade e diminui essas mesmas forças em termos políticos de obediência (Foucault, 1987, p. 127).

Figura 1 - Os corpos dóceis



Fonte: Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2014/01/13/foucault-corpos-doceis/>. Acesso em: 20 out. 2024.

Na obra “Desfazendo o Gênero”, Judith Butler (2015) amplia suas teorias sobre a performatividade de gênero, introduzindo a noção de vulnerabilidade e precariedade como centrais para entender a opressão de corpos marginalizados. Butler argumenta que a vulnerabilidade é uma condição inerente a todos os seres humanos, mas que é desigualmente distribuída e exacerbada por normas sociais e políticas que determinam quais vidas são consideradas valiosas e quais são desumanizadas. A autora destaca que a precariedade dos corpos não se limita apenas a condições materiais, mas também envolve a dimensão simbólica e discursiva, onde certos corpos são constantemente excluídos e invisibilizados. Esse enquadramento permite uma compreensão mais profunda de como a normatividade de

gênero e sexualidade opera para reforçar hierarquias sociais, tornando alguns corpos mais suscetíveis a violência e discriminação. Butler chama a atenção para a necessidade de políticas inclusivas e práticas sociais que reconheçam e respeitem a interdependência humana e a dignidade de todos os indivíduos, independentemente de sua conformidade com as normas de gênero estabelecidas.

O corpo feminino, em particular, sofreu maior opressão, sendo usado como objeto para procriação, sem desejos, vontades ou escolhas, apenas servindo para dar prazer e filhos ao homem. Métodos disciplinares propostos pela Medicina criaram classificações entre o que seria correto na sexualidade e o que seriam desvios sexuais. Além disso, desenvolveram aparelhos para corrigir deformidades e criaram tabelas sobre peso, altura e formas de corpos, instaurando uma educação para correção, limpeza e adestramento dos corpos (Foucault, 1987).



Historicamente, as mulheres foram julgadas por suas aparências enquanto os homens permaneciam imunes a tais julgamentos. Nos séculos XV e XVI, o corpo feminino ideal era de longos cabelos claros, pele branca e corpos gordos, denotando riqueza e alto status social (Del Priore, 2004). No início do século XX, o padrão de beleza passou a ser a magreza, associada à boa forma e esportes ao ar livre, causando problemas psicológicos e sociais que persistem até hoje. Desde a década de 1970, a publicidade bombardeia as mulheres com o corpo ideal, refletindo marcas de um capitalismo que nunca favoreceu as trabalhadoras (Del Priore, 2004). O discurso feminista passou a notar essas questões, evidenciando a ligação entre corporeidade e luta feminista.

Filósofos como Merleau-Ponty e Sartre abordam o corpo como também psíquico. Segundo a sociologia de Le Breton, a experiência corporal é uma condição humana plena e importante para o desenvolvimento (Silveira et al., 2012). Corpos fora do padrão, como corpos gordos, pretos, com deficiência ou trans, revelam que muitas pessoas buscam procedimentos invasivos para se adequar. Propagandas de cosméticos não visam apenas lucro financeiro, mas também a construção de representações específicas sobre bem-estar, beleza e saúde (Pitanga, 2015).

O corpo deve ser vivido e experienciado, não ceder às pressões externas. A corporeidade vai além do corpo físico, transpassando experiências sociais e psíquicas. Fenômenos psíquicos ocorrem no corpo que pensa, imagina e sente. Ser no mundo é ser consigo mesmo e com os outros, em trocas e experiências (Silveira et al., 2012).

Historicamente, a dualidade corpo-mente, iniciada por Platão e perpetuada por Descartes, deu a ideia de corpo imperfeito e impuro. Desde o surgimento da Psicologia no século XIX, mente e corpo são vistos como uma unidade, reforçando a visão biopsicossocial da corporeidade (Silva et al., 2016). A compreensão do corpo por Merleau-Ponty defende a integralidade, fugindo da divisão em partes. Corpo e alma estão juntos e devem ser vivenciados conjuntamente. Assim, a educação deve considerar o sujeito como um todo, incentivando esporte, arte e cultura, e aprendendo com o corpo através de vivências (Silva et al., 2016).

Os corpos na educação escolar

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível ver que o corpo deve ser trabalhado no campo das experiências na Educação Infantil, visando “O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações” (Brasil, 2017, p. 25). No Ensino Fundamental, o corpo e a corporeidade são vivenciados a partir da área de Linguagens:

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos (Brasil, 2017, p. 63).

Em Ciências da Natureza, no Ensino Fundamental, o corpo é tratado desta forma: “Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias” (Brasil, 2017, p. 324).

Nas Ciências Humanas, é possível trabalhar o corpo e a corporeidade na Geografia na perspectiva de espaço; já na História, o corpo é visto em sala de aula como sujeito de um tempo e de uma sociedade; no Ensino Religioso, o corpo pode ser visto como manifestação de fé e entendido, também, no reconhecimento de indumentárias (Brasil, 2017).

No Ensino Médio, tem-se esta compreensão ampla e fundamental: “conhecer-se e lidar melhor com seu corpo, seus sentimentos, suas emoções e

suas relações interpessoais, fazendo-se respeitar e respeitando os demais” (Brasil, 2017, p. 466). Nesse sentido, é essencial que os estudantes desenvolvam habilidades de autoconhecimento e inteligência emocional, compreendendo a importância de uma convivência harmoniosa e respeitosa dentro e fora do ambiente escolar. Isso não apenas contribui para o bem-estar individual, mas também para a construção de uma sociedade mais inclusiva e empática, onde o diálogo e o entendimento mútuo são valores fundamentais.

Assim, observa-se que educação e corporeidade estão atreladas na medida em que o ser humano em sua diversidade é integral, biopsicossocial e pode usar o corpo para aprender, sentir e vivenciar. É importante que haja uma desconstrução maior em padrões de corpos para que seja possível que qualquer criança ou adolescente possa aprender com responsabilidade, dignidade, integração e respeito mútuo, prezando pelo seu desenvolvimento como sujeito que experencia na sociedade.

Sugestões de atividades para adolescentes e jovens

1 Atividade de Expressão Corporal: Dança dos Sentimentos

Objetivo: Estimular a expressão emocional por meio do movimento corporal.

Passo a Passo:

- Preparação: Explique aos alunos que eles irão criar uma dança que represente diferentes emoções.
- Brainstorming: Em um momento inicial, faça um brainstorming em grupo sobre as emoções que podem ser expressas (alegria, tristeza, raiva, medo, surpresa, etc.).
- Escolha da Emoção: Cada aluno escolhe uma emoção para representar na dança.
- Coreografia Simples: Com base na emoção escolhida, os alunos criam uma coreografia simples de movimentos que expressem essa emoção.
- Ensaio e Apresentação: Eles ensaiam a dança em grupos pequenos e depois apresentam para a turma.

2 Atividade de Escrita Criativa: Carta para o Corpo

Objetivo: Estimular a reflexão sobre a relação dos alunos com seus corpos e emoções.

Passo a Passo:

- **Introdução:** Explique aos alunos que eles irão escrever uma carta para o próprio corpo.
- **Reflexão Guiada:** Faça perguntas orientadoras, como “O que você gosta no seu corpo?”, “Como você se sente em relação ao seu corpo?”, “Quais são suas emoções mais frequentes?”.
- **Escrita da Carta:** Os alunos escrevem a carta para o próprio corpo, expressando seus sentimentos, pensamentos e desejos.
- **Compartilhamento Opcional:** Os alunos podem optar por compartilhar suas cartas em pequenos grupos ou com toda a turma, promovendo a troca de experiências e reflexões.

3 Atividade de Ciências da Natureza: Experimento de Sensações Corporais

Objetivo: Explorar as sensações corporais e os sentidos humanos.

Passo a Passo:

- **Preparação:** Separe diferentes objetos com texturas, cheiros, sabores e sons variados (exemplo: algodão, limão, papel rugoso, sino, etc.).
- **Exploração Sensorial:** Divida os alunos em estações, cada uma com um objeto diferente. Eles exploram cada objeto e registram as sensações que experimentam (suave, áspero, ácido, doce, barulhento, silencioso, etc.).
- **Discussão em Grupo:** Após a exploração, reúna a turma para discutir as diferentes sensações e como elas são percebidas pelo corpo.
- **Relatório:** Os alunos podem escrever um relatório individual ou em grupo sobre suas descobertas e percepções durante o experimento.

4 Atividade de Sensibilização: Vivência de Empatia Corporal

Objetivo: Estimular a empatia e a compreensão das diferentes experiências corporais, promovendo a valorização da diversidade e o respeito às diferenças.

Passo a Passo:

- **Preparação:** Organize uma atividade em que os alunos possam experimentar temporariamente alguma condição corporal diferente da sua própria, a fim de vivenciar a importância da empatia e da compreensão das diferentes realidades corporais.
- **Escolha das Experiências:** Selecione diferentes experiências que possam ser simuladas de forma segura e educativa, como usar óculos que simulam deficiência visual, andar em cadeira de rodas, usar luvas que limitam movimentos, entre outras possibilidades.

- **Vivência da Experiência:** Divida os alunos em grupos pequenos e oriente cada grupo a experimentar uma das condições corporais simuladas por um período determinado, durante uma aula ou atividade específica.
- **Reflexão e Discussão:** Após a experiência, promova uma reflexão em grupo, incentivando os alunos a compartilharem suas sensações, dificuldades, aprendizados e sentimentos durante a vivência da condição corporal diferente da sua própria.
- **Carta de Empatia:** Como parte da atividade, os alunos são convidados a escrever uma carta de empatia para uma pessoa que vive diariamente com a condição corporal simulada, expressando compreensão, respeito, solidariedade e reflexões pessoais sobre a importância da empatia e do respeito às diferenças corporais.
- **Compartilhamento e Reflexão Final:** Após a escrita das cartas, os alunos podem optar por compartilhar suas cartas em grupo, promovendo uma última reflexão coletiva sobre a importância de valorizar a diversidade corporal e praticar a empatia no dia a dia.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega; MENESES, Joedna Reis de. Histórias do Corpo e do Feminino no Brasil do Tempo Presente. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300676386_ARQUIVO_corpoeofeminino.pdf. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BUTLER, Judith. **Desfazendo o gênero.** Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- DEL PRIORE, Mary. Corpo a corpo com as mulheres: as transformações do corpo feminino no Brasil. IN: **Corpos e Subjetividades em exercício interdisciplinar.** Strey e Cabeda (Orgs.). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 7 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- PITANGA, Carolina Vasconcelos. Corpo, beleza e feminilidade: marcações de gênero no discurso publicitário. IN: **Fazendo e desfazendo gêneros.** Sandra Maria Nascimento Sousa, Allysson de Andrade Perez, Mayana Helen Nunes da Silva (Orgs.). São Luís: EDUFMA, 2015.
- Silva, Luiza Lana Gonçalves; Souza, Maria Celeste Reis Fernandes de; Simões, Regina; Moreira, Wagner Wey. Reflexões sobre Corporeidade no

Contexto da Educação Integral. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v.32 n.1 Jan./Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000100185. Acesso em: 02 abr. 2021.

SILVEIRA, Andréa Luiza da; SILVEIRA, Rita de Cássia Cambuzzi; COSTA, Maria da Piedade Resende da; VON HERTIWIG, Rose Silveira. Corporeidade e Existência: Notas de uma Perspectiva Fenomenológica sobre a Condição da Pessoa com Deficiência Física. **Revista da Abordagem Gestáltica**, Goiânia, XVIII (1), pp. 30-36, jan-jun, 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rag/v18n1/v18n1a05.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.

Corpos, Gênero e Sexualidade

José Carlos Lima Costa

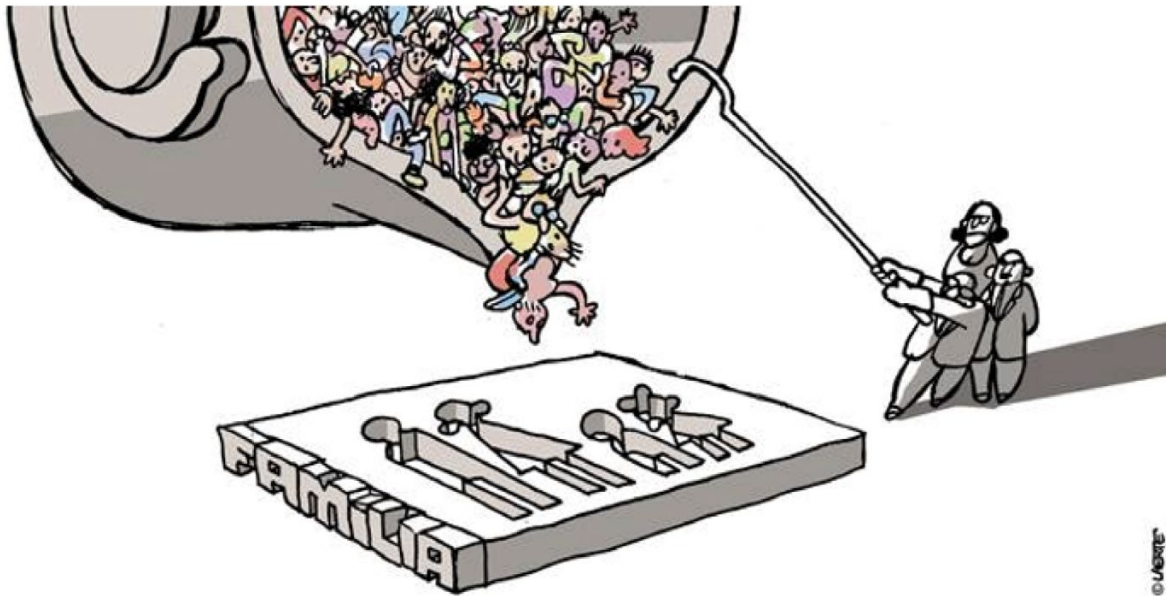
O corpo é fundamental para nossas experiências e interações com o mundo, sendo objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento. Sua história é complexa e não linear, com concepções sendo continuamente revisadas ou refutadas no pensamento ocidental. Filósofos gregos da antiguidade já investigavam temas relacionados ao corpo, incluindo razão, política, estética, transcendência, Estado e biologia.

No século XX, Michel Foucault (2005) observou que o corpo é controlado por uma rede de poderes difusos na sociedade, não apenas pelo Estado. Esses micropoderes influenciam nossas vidas cotidianas e são mais focados nas relações sociais do que em estruturas fixas e centralizadas. Foucault também destacou que o controle sobre o corpo ocorre através da criação de verdades sociais disseminadas pelos discursos, gerando um controle descentralizado. A “vontade de saber” sobre o corpo é incentivada por esses mecanismos de poder.

Os discursos sobre o corpo, difundidos pelos meios de comunicação e instituições sociais, provocam debates em alguns contextos, enquanto são reprimidos em outros. Isso se explica pela existência de áreas do pensamento legitimadoras de discursos como: a biologia, a medicina, a educação, a política entre outras; ao mesmo tempo estas estabelecem limites e espaços apropriados para falar sobre problemáticas relacionadas ao corpo.

Foucault (2005) argumenta que esses discursos se inscrevem no corpo, o qual reage de maneira imprevisível e às vezes subversiva. Essa dinâmica complexa entre poder e corpo envolve a construção da sexualidade e do gênero.

Figura 1 - Charge de Laerte sobre Ideologia de Gênero



Fonte: Disponível em: <https://profscontraoesp.org/2018/10/19/nao-existe-ideologia-de-genero/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

O gênero é uma norma?

A ideia de regulação sugere que os processos sociais moldam quem somos. Isso inclui as normas e regras que governam nossos comportamentos, especialmente em relação ao gênero. Judith Butler (2004) destaca que o gênero é influenciado por essas normas e como elas são internalizadas pelas pessoas. Essas normas são como regras invisíveis que ditam o que é considerado normal e inteligível em nossa sociedade e, portanto, têm um grande impacto em nossas vidas. Por exemplo, elas moldam nossos estilos corporais, como nos vestimos e até mesmo nossas identificações com o gênero masculino ou feminino.

Figura 2 - Charge de Laerte sobre Ideologia de Gênero



Fonte: Disponível em: <http://www.usc.edu.br/circulodigital/circulo-indica-laerte-se-2017/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Butler (2004) argumenta que o gênero não é apenas uma norma abstrata, mas algo que está profundamente enraizado em nossa cultura. Isso significa que, mesmo que não percebamos, o gênero influencia quase todos os aspectos de nossas vidas. Especialmente na escola, onde passamos boa parte de nosso tempo, essas normas podem ser reforçadas de maneiras sutis e explícitas. Por exemplo, os professores podem tratar os/as alunos/as de maneira diferente com base em seu gênero, reforçando estereótipos prejudiciais.

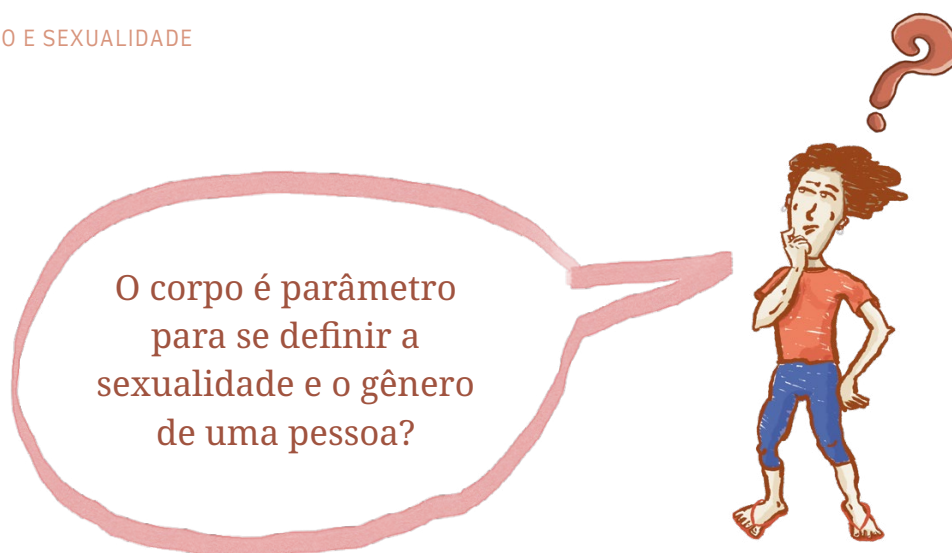
No entanto, Butler (2004) sugere que podemos desafiar essas normas. Ao agir de maneiras que não se encaixam nos padrões tradicionais de gênero, podemos abrir espaço para novas formas de pensar sobre quem somos e como nos identificamos. É importante lembrar que nossa identidade de gênero é complexa e pode ser reconfigurada ao longo do tempo, dependendo de nossas experiências sociais.

Não devemos nos limitar a ideias rígidas sobre o que significa ser homem ou mulher, já que se tratam de categorias múltiplas, vivenciadas de formas diferentes, considerando tanto a história, quanto a cultura e a sociedade onde essas performances são vivenciadas. Em última análise, devemos explorar uma variedade de perspectivas, incluindo o feminismo e a decolonialidade, para entender verdadeiramente as complexidades do gênero e das relações sociais. Isso nos ajudará a construir uma sociedade mais inclusiva e diversificada.

Corpo e Sexualidade

O corpo humano é muito mais do que apenas um conjunto de partes físicas. Ele é uma manifestação complexa que reflete não apenas a biologia, mas também a cultura e a sociedade em que vivemos. Como mencionado por Greiner (2005), mesmo quando não estamos conscientemente cientes dele, nosso corpo está constantemente nos lembrando de sua presença através de sensações e emoções. Essa ideia é fundamental para compreendermos como o corpo é uma construção social, conforme argumentado por autores como Fausto-Sterling (2001) e Weeks (2016).

Fausto-Sterling (2001) destaca que o processo de crescimento e desenvolvimento está intrinsecamente ligado à formação e nomeação do corpo e como essa construção não se limita apenas à dimensão física, mas também incorpora experiências e significados culturais. Já Weeks (2016) aborda a intersecção entre corpo e sexualidade, argumentando que esses são construtos culturais que recebem significados sociais, muitas vezes desconsiderados em análises que privilegiam apenas a perspectiva biológica.



Butler (1993) é outra autora fundamental para pensar as intersecções entre corpo, sexualidade e gênero; especialmente no que diz respeito à heteronormatividade. Butler evidencia que as normas de gênero e sexualidade são impostas pela cultura, as quais moldam os corpos e identidades dos indivíduos. Sua teoria sobre a performatividade de gênero desafia a ideia de que gênero é uma característica inata, argumentando que é construído e mantido através de práticas culturais repetidas.

Figura 3 - Charge de Laerte sobre Identidade de Gênero



Fonte: Disponível em: <http://jornalgnn.com.br/blog/gunter-zibell-sp/laerte-mais-que-um-rostinho-bonito/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

Ao analisar a heteronormatividade, também é importante considerar o trabalho de Luma de Andrade (2012), que destaca como essa norma opera nas instituições sociais, como a escola, perpetuando padrões de comportamento e identidade que reforçam o *status quo*.

Tais reflexões nos fornecem ferramentas conceituais para entender como o corpo humano não é apenas uma entidade biológica, mas também um produto das normas e valores culturais que moldam nossa sociedade. A heteronormatividade, em particular, emerge como uma força poderosa que influencia não apenas a forma como nos vemos e nos relacionamos, mas também os sistemas institucionais que perpetuam essas normas.

Sugestão de atividades para crianças

Tema: Corpo e Identidade

Etapa de Ensino: Educação Infantil

Faixa etária: 4 a 5 anos

Tema: Corpos e Identidades

Objetivo: introduzir, de maneira lúdica, categorias básicas a respeito da diversidade de corpos humanos, identidades e expressões de gênero, promovendo visibilidade às diferenças e respeito mútuo.

Recursos:

Papel grande (rolo de papel kraft ou cartolina).

Lápis de cor, canetinhas, giz de cera.

Espelhos pequenos.

Figuras de pessoas com diferentes características (idade, gênero, etnia, etc.).

Livros infantis (explicitados no decorrer do detalhamento das atividades).

Detalhamento das Atividades:

Momento Inicial: organização da sala em roda para introduzir o conteúdo da aula. Pergunte às crianças o que elas sabem sobre o corpo, suas partes e suas funções. Use uma boneca ou um boneco para ilustrar e nomear partes do corpo.

ATIVIDADE 1 - Desenho Coletivo: Estenda um grande pedaço de papel no chão e peça às crianças para deitar nele e traçar o contorno de seus corpos. Depois, cada criança pode decorar o seu contorno com lápis de cor, canetinhas e giz de cera, desenhando os olhos, o cabelo e as roupas.

Pode-se pedir que as crianças produzam um auto retrato, considerando todos os detalhes físicos que ela possui, valorizando os traços, a cor da pele e outras marcações identitárias.

ATIVIDADE 2 - Figuras e Diversidade: Mostre figuras de pessoas com diferentes características e converse sobre como todos somos diferentes e importantes. Destaque que existem meninos e meninas, e que cada pessoa pode ter cabelos diferentes, cores de pele diferentes, e afetividades diferentes, entre outras características que considerar relevante.

ATIVIDADE 3 - Contação de História sobre Diversidade: Conte ou Leia uma história infantil que celebra a diversidade e a aceitação, como: “Coisa de Menina” e “Coisa de Menino”, de Pri Ferrari, são dois livros que desconstroem estereótipos de gênero, mostrando que meninas e meninos podem escolher suas brincadeiras e gostos livremente. Outro livro é “Ceci

tem pipi?”, de Thierry Lenain, explora as diferenças e semelhanças entre meninos e meninas através da curiosidade de Max, um garoto que divide o mundo entre quem tem “pipi” e quem não tem. Com humor e sensibilidade, o livro aborda questões de gênero e identidade de forma leve e divertida. A contação de história pode ficar mais interessante se incluir imagens, objetos ou bonecos como recurso didático.

Roda de Conversa Final: Reúna as crianças em uma roda para refletir sobre o que aprenderam. Pergunte o que elas acharam mais divertido e se aprenderam algo novo sobre os amigos e sobre si mesmas. Finalize refletindo sobre como é bom sermos diferentes e como cada pessoa tem seu próprio jeito especial de ser. Reforce a importância de respeitar e ser gentil com todos/as.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola:** assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

BUTLER, Judith P. **Bodies that Matter**, on discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Undoing Gender**. New York: Routledge New York And London, 2004.

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em Duelo. **Cadernos Pagu** (17/18) 2001/02: pp.9-79.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

GREINER, Christine. **O corpo:** pistas para estudos indisciplinados. São Paulo: Annablume, 2005.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. 2ª Ed. Minas Gerais: Autêntica Editora, 2016.

Corpos e Corporeidades nas Práticas Educativas

Rosyene Conceição Soares Cutrim

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Acreditamos que, enquanto educadores/as, precisamos agir para transformar nosso ambiente, as pessoas que nele circulam e até nós mesmos. Pensando nisto, disponibilizaremos aqui, algumas atividades que podem ser realizadas na abordagem da temática CORPO que poderão contribuir para suas práticas na escola.

A escola é um ambiente onde lidamos diariamente com uma grande variedade de corpos. Mesmo assim, ainda nos deparamos com situações de desrespeito e intolerância às diferenças. Transformar é uma ação cada vez mais urgente e necessária. Não existe uma fórmula mágica, mas podemos fazer várias tentativas. E, para tanto, é preciso que a gente saia da nossa zona de conforto.

É possível fazer com que nossos/as/es alunos/as/es compreendam que ser diferente das outras pessoas não é um problema. E que cada corpo pode escolher o que pode ou não fazer ou ser. Que ser diferente é uma forma de nos complementarmos. Não deveria servir para distanciar e tão pouco qualificar ou desqualificar as pessoas.

Vamos começar?

SUGESTÕES DE ATIVIDADES PARA DESENVOLVER AS QUESTÕES DE DIVERSIDADE, DIFERENÇAS, CORPO E CORPOREIDADE.

VIVÊNCIA 01 – MOSAICO DA DIVERSIDADE – Para início de conversa, vamos trabalhar as questões da diversidade dos corpos, objetivando o reconhecimento das diferenças como natureza humana, distinguindo-as das desigualdades, assim como, também, estimular a convivência e o respeito a esta diversidade do corpo no ambiente escolar.

Utilize recortes de revistas, jornais e cartazes, folhas de papel pardo, fita gomada, pincéis atômicos, colas e tesouras. Espalhe diversas figuras e imagens de corpos em suas diversidades de seus marcadores sociais de raça, classe, gênero, sexualidade, religião, geração, espaço geográfico (entre outros) pelo chão da sala.

Divida a turma em trios e peça para que um/a/e aluno/a/e de cada trio escolha uma imagem; faça questões norteadoras para serem discutidas no trio, como: o que vocês observaram nas imagens destes corpos? Todos são iguais? Por quê? E assim por diante; suscite o debate das imagens sobre questões dos corpos e suas diversidades.

Figura 1 - Diversidade de corpos



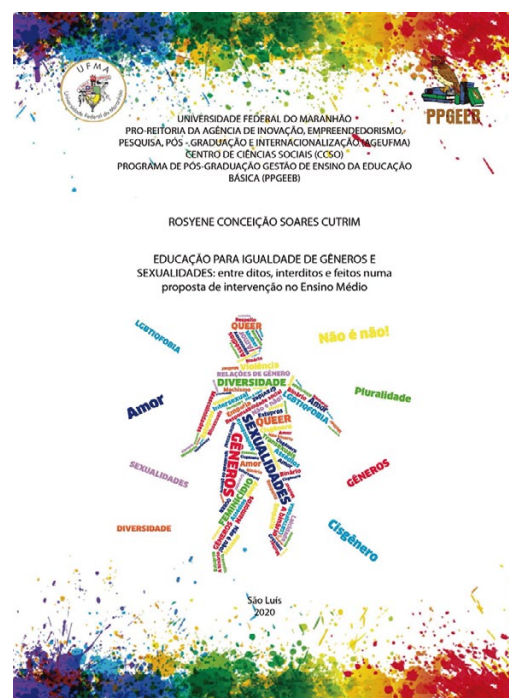
Fonte: Disponível em: <http://corporeidade-natimfrazzato.blogspot.com/2010/10/ser-humano-diferencas-diversidade.html>. Acesso em: 10 out. 2023.

Solicite a sustentação oral do que foi observado em relação à imagem escolhida; logo depois, oriente a montagem de um mosaico e exposição interativa das imagens. Não esqueça de pedir uma avaliação da atividade.

VIVÊNCIA 02 – AS CONSTRUÇÕES DOS CORPOS - Esta atividade objetiva o entendimento de que os corpos são construções sócio-históricas, culturais, políticas, geográficas.

Peça para que os/as estudantes analisem a imagem do corpo ao lado e suscite debates acerca da questão das construções corporais, evidenciando que, à medida que falamos em diversidade, compreende-se que não existe um “corpo” e sim “corpos” numa variedade social e cultural de construções inevitáveis. E são estes corpos que estão presentes em nossas casas, nas ruas, nas escolas e em todos os lugares. São Corpos diferenciados com seus gêneros e sexualidades também diferenciadas, constituindo múltiplas identidades.

Figura 2 - Capa da dissertação “Educação para a Igualdade de Gêneros e Sexualidades”



Fonte: Rosylene Cutrim (2020).

VIVÊNCIA 03 – EU E MEU CORPO – Aqui trabalharemos a percepção de corpo.

O primeiro momento é decisivo, pois, segundo Milani (2014), é preciso contextualizar a aula, encantar e gerar significado. Portanto, prepare-se para provocar seus/suas alunos/es/as quanto à percepção que eles/as têm de seus próprios corpos.

Consideramos importante essa tentativa de aproximar os/as/es alunos/as/es de seus próprios corpos, a fim de que se percebam para além do que veem no espelho. É importante que você avise com antecedência, se precisar que os/as/es alunos/as/es levem algum material, como toalhas para substituir colchonetes. Avise, também, que no encontro desta aula, eles ficarão descalços/as/es, para que não haja algum tipo de constrangimento.

Você pode iniciar esta atividade lançando perguntas simples como: vocês conhecem todas as características de seus corpos? Conseguem perceber seus tamanhos, pesos, temperaturas, batimentos cardíacos, textura dos cabelos, formato do corpo? Peça para que reflitam sobre suas respostas, enquanto pensam, podem tirar os sapatos e deitar nos colchonetes, toalhas ou podem até mesmo permanecer sentados.

Neste momento, você irá solicitar que fechem os olhos, colocará (ou não) uma música suave e solicitará os seguintes passos:

- 1 - Com os olhos fechados, se concentrem em suas respirações. Respirem fundo e lentamente, encham os pulmões de ar e soltem devagar;
- 2 - Repitam o procedimento, porém, desta vez, utilizem a barriga: coloquem as duas mãos sobre a barriga e, como se ela fosse um balão, encham de ar e depois esvaziem;
- 3 - Continuem respirando lentamente e se concentrem em seus batimentos cardíacos, percebam se está lento ou mais acelerado;
- 4 - Ainda deitados, massageiem seus rostos, utilizando as pontas dos dedos;
- 5 - Sentem e massageiem suas pernas, seus ombros e seus braços (um de cada vez);
- 6 - Girem lentamente suas mãos, depois os pés, em sentido horário e depois anti-horário;
- 7 - Girem lentamente suas cabeças, em seguida virem o rosto lentamente para esquerda, para a direita, para baixo e para cima;
- 8 - Ainda sentados/as/es, deslizem as mãos sobre as pernas até tocar seus pés (quem não conseguir, vá somente até o seu limite);

- 9 - Ainda sentados/as/es, tentem alinhar a coluna e levantem os dois braços, como se alguém estivesse puxando-os para cima;
- 10 - Deitem-se novamente, criem diferentes expressões e posições do corpo, como se fossem estátuas esquisitas.

Essas instruções podem e devem variar de acordo com o seu público; use sua criatividade. O importante, aqui, é que os/as/es alunos/as/es mantenham o foco em seus próprios corpos.

VIVÊNCIA 04 – EU, MEU CORPO E O CORPO DO OUTRO

Ainda na perspectiva de percepção corporal, aqui colocaremos em foco a percepção do outro e esta relação com outros corpos.

Material: Giz de cera; papel 40kg.

Cole folhas do papel 40kg para que fiquem do tamanho que caiba os/as/es alunos/as/es. Divida a turma em trios e distribua o giz de cera.

Peça que um dos/as/es alunos/as/es do trio deite sobre o papel em uma posição que identifique algum estilo de dança a sua escolha, os outros/as dois/duas terão que fazer o contorno com o giz. Eles/as poderão preencher os desenhos com detalhes que percebem no corpo que foi contornado.

Quando finalizarem, prendam os desenhos nas paredes e proponha que cada trio exponha reflexões sobre o corpo contornado no papel. Podendo iniciar com alguns questionamentos, como: vocês se imaginavam deste tamanho? Dá para saber de quem é o corpo apenas olhando o contorno? E se olharem os detalhes colocados no desenho, dá pra saber de quem são? Que estilo de dança essa figura representa?

A partir disso, podemos iniciar uma roda de conversa sobre como a imagem corporal muda quando parte de nós ou dos outros; sobre o que nos diferencia e o que nos aproxima enquanto corpo; a respeito de que somos particulares, diferentes uns dos/as/es outros/as/es, como somos especiais em nossas diferenças; como somos únicos/as.

VIVÊNCIA 05 – ESPELHO DO CONTRA – Aqui, mais uma vez trabalharemos a ideia de “eu, meu corpo e o corpo do outro”, porém, numa perspectiva que coloque em foco as diferenças.

Material: caixa de som, músicas diversas.

Você já deve ter visto ou vivenciado a atividade do espelho, na qual uma pessoa copia o movimento da outra. Esta é uma variação desta atividade.

Figura 3 - Um pouco do meu corpo



Fonte: Disponível em: <http://www.aescotilha.com.br/cronicas/henrique-fendrich/um-pouco-do-meu-corpo/> Acesso em: 10 out. 2023.

Você vai solicitar que seus/suas alunos/as/es se dividam em duplas. Para a dinâmica, peça que selecionem os números 1 e 2 entre si. Sugira um dos dois números e este iniciará comandando; em seguida, de algum tempo, você poderá pedir para inverter.

Quem comanda, iniciará fazendo seus movimentos e o/a/e outro/a/e deverá se opor, fazendo movimentos contrários.

Exemplo: Se o/a colega estiver dançando de pé, o/a outro/a deverá abaixar-se ou deitar-se; se estiver para a esquerda, o espelho deverá ir para a direita; caso levante os braços, o espelho deverá estar com os braços abaixados ou à meia altura e assim, sucessivamente.

Você poderá elaborar um quadro com algumas sugestões ou deixar a cargo da criatividade de seus/suas alunos/as.

Posteriormente, divida-os em grupos e utilize a ideia de movimentos contrários para criação de uma coreografia. Lance a proposta e permita que eles/as criem. O tema? “Ser diferente é bom”. Eles/as podem escolher uma música para desenvolver a temática.

Ao final, você poderá organizar uma roda de conversa e iniciar com perguntas relacionadas a diversidade corporal. Questionando, por exemplo:

- É mais fácil ser o meu corpo ou o corpo do/a outro/e/a?
- Vale a pena se comparar e querer ser “igual” a outras pessoas?
- Ou é melhor valorizarmos quem somos

OUTRAS SUGESTÕES

Para pensar corpo e corporeidades:

VÍDEOS SOBRE CORPO E CORPOREIDADE

CORPOREIDADE: O CORPO CRIANÇA CRIADOR DE CULTURAS E CONHECIMENTOS - PARTE I. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=aeFytnXSXbA>

CORPOREIDADE: O CORPO CRIANÇA CRIADOR DE CULTURAS E CONHECIMENTOS - PARTE II. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=9zhmChafDBo>

CORPO E MOVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=TC3RpoTFb1w>

REFERÊNCIAS

CAETANO, Márcio. **Os gestos do silêncio**: para esconder a diferença. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

CUTRIM, Rosyene Conceição Soares: **Educação para a Igualdade de Gêneros e Sexualidades**: entre ditos, interditos e feitos numa proposta de intervenção no Ensino Médio. PPGEEB/UFMA. 2020.

Educação Física / vários autores. – Curitiba: SEED-PR, 2006. –248 p. ISBN: 85-85380-32-2

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUSMÃO, Milene de Cássia Silveira. **Dinâmicas do cinema no Brasil e na Bahia**: trajetórias e práticas do século XX a XXI. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

MARQUES, Isabel A. **Dançando na escola**. Motriz. Vol. 3, nº 1, junho/1997.

MARQUES, Isabel. **Notas sobre o corpo e o ensino da dança**. Caderno Pedagógico, Lajeado, v. 8, n. 1, p. 31-36, 2011.

Pinto, Érica da Silva. **Corpo e diversidade**: possibilidades através da dança na Educação Física escolar / Érica da Silva Pinto. - 2020. 157f. il. Orientador(a): Raimundo Nonato Assunção Viana. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica/CCSO, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

RANGEL, Mary. **Desigualdades e seus efeitos na autorrepresentação**. In: CAETANO, Márcio. A escola diante da diversidade Marcio Caetano, Jonas Alves da Silva Junior; organizadora Mary Rangel. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013. 108p.: 21cm. p. 15-30.



Módulo III

RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Objetivos:

- ✓ Conhecer aspectos teóricos e metodológicos da Educação para a Sexualidade em diferentes etapas da Educação Básica;
- ✓ Refletir sobre as diferentes formas de violência, destacando-se a violência de gênero e a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes,
- ✓ Desenvolver atividades didáticas sobre questões de gênero e sexualidade.

Educação para a Sexualidade na Escola: uma necessidade

Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Iniciando uma conversa...

Como foi visto no decorrer do Curso CDE, os estudos voltados para os mecanismos sociais de construção dos preconceitos e discriminações nas sociedades contemporâneas têm confirmado como a opressão sofrida por gays, lésbicas, travestis, transexuais é o efeito da institucionalização do padrão da heterossexualidade. Da mesma forma, a violência de gênero, incluindo a sexual, sofrida por crianças, adolescentes e mulheres, ainda é uma constante e cresce a cada dia em nossa sociedade. Assim, questionamos:

Até que ponto a educação sexual faz falta na escola?

É importante que crianças, adolescentes e jovens tenham educação sexual nas escolas?

O que aprendem fora da escola já não seria suficiente?



Tomamos como base a sociedade patriarcal, voltada para a transmissão eficiente dos papéis sexuais tradicionais, tendo o sexismo como seu *ethos* inspirador e como um “terreno histórico e cultural da tradição patriarcal, encontra-se hegemonicamente legitimada na concepção de identidades diferenciadas entre o masculino e o ser-homem e o feminino e o ser-mulher” (Nunes, 2000, p.70). Dessa forma, essas identidades são postas como prontas e acabadas, geralmente centradas em ideais religiosos, tomando-se legítimas apenas a partir dos aspectos biológicos.

Com isso, inúmeros conceitos ligados à sexualidade encontram seus fundamentos apenas no senso comum, ou, disfarçados numa suposta

igualdade que ao primeiro conflito revelam-se seu preconceito, pois, sabe-se que mesmo com toda a transformação dos costumes ainda persistem as discriminações relacionadas ao gênero. No que se refere aos conteúdos da sexualidade a serem trabalhados em sala de aula, antes de prosseguirmos neste estudo e reflexões, com sugestões metodológicas, vale lembrar que muitas vezes parece que temos “Fantasmas na escola”, conforme poesia disposta na ilustração que se segue:

Tem fantasma na escola*

*Sexo?! Sexualidade?! Relação Sexual
Que fantasmas são estes?
Que a tanta gente vem assustar.
Sexualidade na Escola vem provocar,
Muita tensão e mal-estar.
Dizem que é melhor então,
Dessa discussão se resguardar.*

*Nos PCNs é tema transversal,
Além de ser fator universal.
Freud já dizia:
“Sexo é coisa natural”.
Então, por que será?
Que esse tema é tão difícil de falar?*

*Hoje, com toda modernidade,
Quando se fala em sexualidade,
Muitos apresentam dificuldade.
Contudo, lembre-se professor/a,
A mídia demonstra facilidade,
Quando se se trata de apelar
Pra sensualidade.*

*A criança tem curiosidade
Quer responder sua inquietação.
Se na família,
O diálogo é preciosidade,
É na escola que terá oportunidade,
De complementar sua educação.*

*Mais difícil ainda é associar,
Sexualidade ao prazer e à vida
no cotidiano escolar.
Quando se fala em Educação Sexual,
Só o biológico e o reprodutivo vão enfatizar,
Ou funções de sentinela irão executar.
Quanto ao psicossocial e ao cultural,
São deixados noutra lugar.*

*Na Idade Média era pecado mortal,
Sentir prazer na relação sexual,
A satisfação só podia ser espiritual.
Somente pra reprodução sexo era vital.
Assim foram se criando,
Mitos, tabus, preconceitos
e concepção moral.*

*Só não esqueça de uma coisa:
“Anatomia é destino”, dizia Freud,
Mas isso é só casualidade.
É preciso também apreensão
Do conteúdo básico da sexualidade:
Amor, respeito, valor e afeição,
Que devem ficar pra posteridade.*

*Por isso, caro/a professor/a,
Preste muita atenção!
Você precisa superar essa limitação,
E exercer sua função,
Pra poder contribuir,
Pro futuro da Nação.*

* Poema escrito na Monografia de Graduação em Pedagogia (2003), reescrito na Dissertação de Mestrado em Educação (2009), publicado no livro “Mulheres Professoras e a Sexualidade no Espaço Escolar” de nossa autoria (SILVA, 2011) e atualizado para este texto em 2023.

As crianças e adolescentes, direta ou indiretamente, tentam demonstrar a seus/suas educadores/as que precisam e desejam ouvir e falar sobre o assunto. Tal fato pôde ser observado tanto no trabalho desenvolvido na época em que eu era professora da educação básica quanto em pesquisas já realizadas por mim. Contudo,

Foi e é possível constatar que a sexualidade e o gênero constituem-se, duplamente, numa fonte problemática, haja vista que de um lado a manifestação da sexualidade e o desejo de saber das crianças e adolescentes têm se acentuado cada vez mais e de outro, é um fator intrigante para os/as próprios/as docentes que, muitas vezes, não sabem, ou não aprenderam a ensinar tais questões. E por outro lado, docentes carregam consigo insegurança, dúvidas, desconhecimento, medos e tabus, frutos de sua própria história de vida, incluindo a educação sexual que tiveram, seja ela intencional ou **informal*** e os processos de formação docente e continuada que vivenciaram.

Como o direcionamento deste curso está voltado ao contexto escolar, buscamos através dos aportes bibliográficos atender e entender a abordagem do assunto da sexualidade na escola e das relações de gênero como possibilidade de reflexão referentes às temáticas, e/ou como a escola e a sociedade encaram, através desta relação de saberes, tais questões que ainda não estão difundidas de maneira aberta e consolidada no âmbito da esfera escolar.

Quando se trata de discriminações e preconceitos, pode-se dizer que a escola contribui fortemente para a formação destes, principalmente através do currículo oculto. Este, embora não faça parte do currículo escolar segundo Silva (2005), encontra-se presente nas escolas através de aspectos pertencentes ao ambiente escolar e que influenciam na aprendizagem dos alunos e alunas. Vejamos a charge a seguir:

Figura 1 - Charge Gênero em sala de aula



Fonte: Disponível em: <http://trabalhandogeneroemsaladeaula.blogspot.com/2015>. Acesso em: 20 nov. 2024.

A escola, desde sua criação, exerce uma ação distintiva, separando os sujeitos que tinham acesso a ela, daqueles que não tinham. Além disso,

os gestos, movimentos e sentidos são produzidos no espaço escolar e, são incorporados pelos alunos e alunas, tornando-se parte de seus corpos, de suas vidas.

Desde a linguagem, os silêncios, os preceitos e os corretivos aplicados na socialização de crianças e jovens, as discriminações e as violências produzidas contra as/os que se afastam do padrão cisheteronormativo concorrem na construção de corpos, sujeitos e identidades, promovendo a adaptação a ele e punindo o que é percebido como desvio à norma.



Todas as lições, de uma forma ou de outra confirmam e produzem as discriminações e preconceitos e, os sujeitos desse processo se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens, reagindo, respondendo, recusando ou assumindo aquilo que lhe é posto.

Sexualidade nos Parâmetros Curriculares Nacionais

A educação sexual na escola sempre foi um objeto de polêmicas, isso devido à tradição educacional brasileira. Assim, a escola, sempre procurou se manter distante desses assuntos. No entanto, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, a iniciativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que incluiu a “Orientação Sexual” como um dos Temas Transversais a serem trabalhados de forma a passar todas as disciplinas do currículo escolar. O documento ressalta a postura do educador e educadora na condução do processo educativo e na parceria com a família, apresenta os objetivos do trabalho com educação sexual e sugestões dos blocos de conteúdos a serem trabalhados nas diversas áreas do conhecimento (Corpo: matriz da sexualidade; relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis). Além disso, destaca algumas orientações didáticas e critérios de avaliação. Por se tratar de um conteúdo atitudinal – atuando na mudança de valores e atitudes – assim como os demais Temas Transversais deveria transformar-se em elemento essencial na proposta pedagógica dos estados, municípios e das escolas de modo geral.

Figura 2 - Capa PCN - Pluralidade Cultural e Orientação Sexual



Fonte: Disponível em: <https://portaleducamais.com/download-pcn-pluralidade-cultural>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Ao abordar a questão das sexualidades na escola é preciso considerar as características próprias da turma e nível de compreensão das crianças.



Desde 1997, quando da publicação dos PCN's até os dias atuais ocorreram muitas mudanças e houve significativa e importante ampliação do debate sobre Sexualidade e Educação Sexual e o combate à LGBTfobia e a defesa dos direitos LGBT passaram a fazer parte do discurso social. No entanto, também nos deparamos com a repressão e a moralidade exacerbada iniciada especialmente por volta de 2014.

BNCC: um retrocesso na Educação para a Sexualidade

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se tornou o novo documento normativo da Educação, inclusive com diretrizes no tocante à Sexualidade e ao Gênero. O Conselho Nacional de Educação aprovou o documento referente ao Ensino Fundamental em 2017 e o do Ensino Médio em 2018. Tal documento configura-se como um retrocesso ao desconsiderar e retirar termos com “gênero” e “orientação sexual” da versão final, conforme figura seguinte.

Figura 3 - Notícia do site Agência Brasil sobre a BNCC



Fonte: Agência Brasil (Tokarnia, 2017).

Enquanto em 1997 a Educação brasileira vislumbrava a possibilidade de se trabalhar questões de Sexualidade e Gênero na escola, vinte anos depois o quadro é outro.

O que (não) diz a BNCC sobre as questões de gênero e da sexualidade na escola

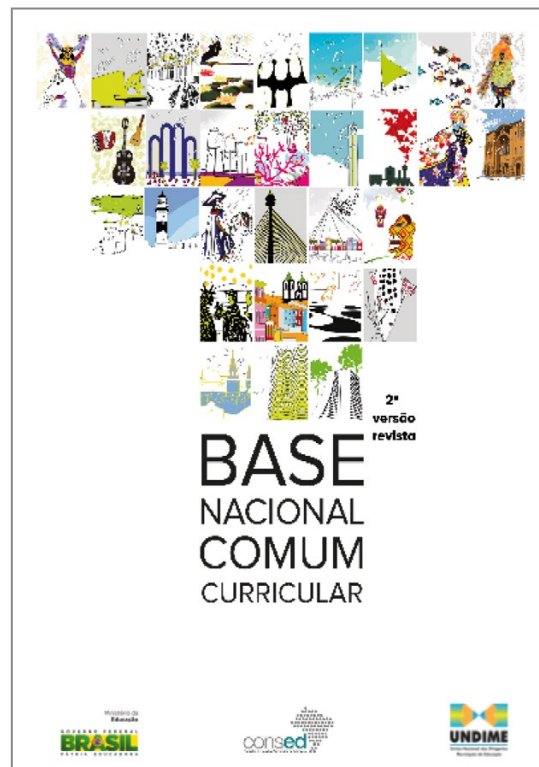
Na BNCC, o trecho que defendia o respeito à orientação sexual de cada um foi suprimido após passar pelo crivo cultural de influências religiosas fundamentalistas, conservadoras e moralizantes que, em detrimento da ciência, eliminaram de seu texto final todo conteúdo associado a gênero e reduziram à ótica biológica os assuntos ligados à Sexualidade, tornando-se:

[...] limitações que vão à contramão do caminho favorável à Educação Sexual traçado desde as primeiras décadas do século XX, e que são frutos, como colocou Arroyo (2011), de um forte conservadorismo que acaba se legitimando por meio de normas, diretrizes e avaliações, entre outros” (monteiro; ribeiro, 2020, p. 12).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece as dez competências gerais a serem desenvolvidas na educação básica em escolas públicas e privadas do país. Em relação à 3ª versão da BNCC, entregue no dia 6 de abril de 2017 ao Conselho Nacional de Educação (CNE), o Ministério da Educação (MEC) retirou trechos que diziam especificamente que os estudantes teriam que respeitar a orientação sexual dos demais alunos/as e retirou as expressões “identidade de gênero” e “**orientação sexual**”.

Depois da alteração, ao menos três trechos da proposta final da base deixaram de pontuar a necessidade de respeito à “identidade de gênero” e “orientação sexual”. A seguir, apresentamos os principais trechos em que os termos voltados ao Gênero e à Sexualidade que ainda permanecem:

Figura 4 - 2ª versão da BNCC



Fonte: OBSERVATÓRIO do ensino de História e Geografia (2017). <https://observatoriohistoria.net.br/segunda-versao-da-bncc/>. Acesso em 2 dez. 2020.

“9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, **gênero**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer” (Brasil, 2017, p. 21).

Gênero e sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental

1º ao 5º ano - Linguagens – Arte Ensino Fundamental

O termo gênero aparece apenas ao tratar do ensino de Arte:

(EF15AR22) - Experimentar as possibilidades criativas do corpo e da voz, discutindo questões de gênero e corpo (p. 163).

Gênero e sexualidade nos anos finais do ensino fundamental

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à **reprodução e à sexualidade humana**, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, do saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira.

6º ao 9º ano – Arte

(EF69AR15) - Refletir sobre as experiências corporais pessoais e coletivas desenvolvidas em aula ou vivenciadas em outros contextos, de modo a problematizar questões de **gênero, corpo e sexualidade** (p. 165).

6º e 7º anos - Linguagens – Educação Física Ensino Fundamental

(EF67EF17) - Problematizar preconceitos e **estereótipos de gênero**, sociais e étnico-raciais relacionados ao universo das lutas e demais práticas corporais e estabelecer acordos objetivando a construção de interações referenciadas na solidariedade, na justiça, na equidade e no respeito (p. 193).

8º ano – Ciências da natureza

(EF08CI11) - Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade derespeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas **diferenças de gênero** (p. 301).

A área de ciências humanas

Cognição e contexto são, assim, categorias elaboradas conjuntamente, em meio a circunstâncias históricas específicas, nas quais a diversidade – cultural, étnica, de **gênero**, entre tantas outras – deve ganhar especial destaque, com vistas ao acolhimento da diferença (p. 307).

Competências específicas de Geografia para o Ensino Fundamental

Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de origem, etnia, **gênero**, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outro tipo (Brasil, 2018, p. 318).

E ainda vivenciamos outros retrocessos ...

Atualmente presenciamos outros retrocessos em relação à tais temáticas, especialmente no que se refere às políticas públicas, devido principalmente à bancada chamada de BBB (boi, bíblia e bala) no Congresso Nacional, estendendo-se às Assembleias Legislativas de outros estados, como o Maranhão.

A exemplo, podemos citar o Projeto de lei, de iniciativa da deputada Damasceno (PSD) e aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado, no dia 20/06, com apenas cinco votos contra, está diretamente relacionado ao PL do Estupro apresentado e defendido pela chamada “bancada da bíblia” na Câmara Federal. Na prática, é uma nova versão do PL 1904/2024, apelidado de “**PL do Estupro**” ou “**PL do Aborto**”. A matéria, votada em regime de urgência nesta quarta-feira (12), equipara o aborto após a 22ª semana de gestação ao crime de homicídio.

“Não é possível que um país com 700 mil estupros por ano, uma sociedade doente, onde quase metade das vítimas são crianças menores de treze anos, e onde quase ninguém tem acesso ao aborto legal — pois, dos cinco mil municípios do país, apenas 290 têm locais onde as mulheres podem fazer um aborto legal — continue a vitimizar e revitimizar suas mulheres. O Congresso está tendo a cara de pau de exigir que essas mulheres passem 20 anos presas porque não tiveram coragem de ter um filho fruto de um estupro”, disse o deputado Carlos Lula. Disponível em: <https://www.al.ma.leg.br/sitealema/deputado-carlos-lula-e-movimentos-de-mulheres-unem-vozes-contr-o-pl-do-aborto/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

A Assembleia Legislativa do Maranhão aprovou, em primeira e segunda votação, o Projeto de Lei 441/2023. Esse permite aos pais e responsáveis vetarem a participação de alunos/as em atividades de gênero. A nova lei estabelece que “atividades pedagógicas de gênero são aquelas que abordam temas relacionados à identidade de gênero, orientação sexual, diversidade sexual, igualdade de gênero e outros assuntos similares”. Dessa forma, a Assembleia deu uma importante arma para estupradores de crianças e adolescentes vítimas saibam como se proteger ou denunciar o abuso e a violência sofrida.

Nunca é demais lembrar que crianças e adolescentes, no Brasil, sofrem abusos e violência sexual na família, na vizinhança, na igreja e na própria escola, por pessoas próximas, como pais, responsáveis, irmãos, tios, avós, amigos da família, pastores, padres e professores. Combater a educação para a sexualidade nas escolas é proteger os estupradores de crianças e adolescentes.

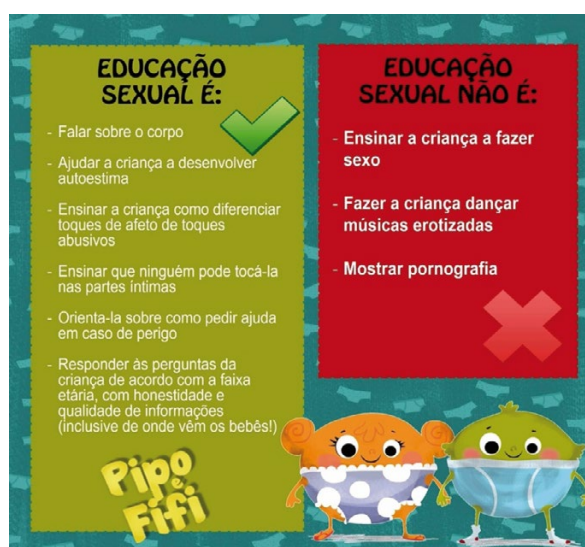
Então: o que fazer?

A criação de políticas públicas voltadas para as relações de gênero e educação para a sexualidade nas escolas, de acordo com Teixeira, Dias e Silva (2024), fomenta a discussão e a insubmissão de professoras e professores, visto que há uma espécie de abismo entre o que se propõe nas políticas educacionais e como são implementadas nas escolas.

Cabe então, a cada professor/a comprometido/a com a formação humana e, em combater as diversas desigualdades, desenvolver estudos e atividades voltadas ao gênero, incluindo a identidade de gênero e sexual e às questões da sexualidade no cenário escolar e nos espaços educativos, de forma contextualizada, crítica e que objetive desconstruir diferentes estereótipos e formas de violências.

Na prática educativa crítica, o/a professor/a deve estar atento, intervindo de modo a combater as discriminações e os estereótipos associados, dentre outros aspectos, ao gênero e à sexualidade, trabalhando o respeito

Figura 5 - Pipo e Fifi - Educação sexual



Fonte: Disponível em: <https://www.portalternura-fm.com.br/colunas/isabela-manchini/afinal-o-que-e-educacao-sexual/475>. Acesso em: 20 out. 2022.

ao outro e às diferenças individuais, demonstrando, por exemplo, os “comportamentos diferenciados de homens e mulheres em diferentes culturas e momentos históricos, o que auxilia os alunos a entenderem as determinações da cultura em comportamentos individuais” (Brasil, 2000, p.146).

Os resultados da aplicação de conteúdos relacionados a gênero e sexualidade podem ser bastante promissores, tanto para as professoras e professores, como para os alunos e alunas, pois, são temas que podem levá-los a aprimorarem-se como cidadãos e cidadãs críticos, participativos, ajudando-os a entender o processo de construção histórico-social dos valores da sociedade, sejam eles, culturais, morais e religiosos, além de poderem participar do processo de transformação social.

Sugestões de atividades para crianças e adolescentes

⇒ Educação Infantil

Atividade 1 – Identificando e nomeando as partes do corpo

Figura 6 - Corpo de menina e corpo de menino



Fonte: Furlani (2011, p. 90). Atividade Integrante do livro: FURLANI, Jimena. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Para a atividade a/o professora/or apresenta as ilustrações para as crianças.

- A seguir, pede para que todos/as, ou cada criança, localizem as partes do corpo (no desenho e em seu próprio corpo).
- A dinâmica da atividade vai depender da idade das crianças.
- As palavras podem ser apresentadas no quadro ou entregues escritas, individualmente, em cartões.
- As palavras são apresentadas na **ordem alfabética**, para que as crianças aprendem a ordem crescente do **alfabeto**.
- As palavras são apresentadas no **singular**, para que as crianças discutam quais as partes do corpo que “aceitam” **plural** (olhos, dedos, braços...) e quais devem ficar no singular (barriga, boca, vulva, pênis, pescoço...) a partir da constatação pela observação do corpo humano.
- A/O professora/os deve discutir as partes do corpo pertencentes a meninos e meninas que “fazem a **diferença biológica**”.
- A/O professora/or pode trabalhar exercícios de **separação de sílabas**.

Após a compreensão do modo científico como as partes do corpo são nomeadas, a/o professora/or deve perguntar que outros nomes podem ser atribuídos a cada parte. Explique que os nomes aprendidos na família, sobretudo sobre como o pênis e a vulva são nomeados, são também positivos e válidos. Essa sutil discussão com as crianças da Educação Infantil e Ensino Fundamental, que valoriza tanto o conhecimento científico quanto o senso comum, deve apresentar a diversidade linguística como expressão da diversidade pessoal e social. (Furlani, 2011, p. 89).




A/O professora/or pode ainda, a partir das figuras do corpo do menino e da menina, trabalhar o SEMÁFORO DO TOQUE, como forma de prevenir o abuso e violência sexual.

A brincadeira é simples: com a supervisão de adultos de confiança, a criança deve marcar de verde, vermelho ou amarelo — em alusão ao semáforo de trânsito — os locais do corpo dela em que outras pessoas podem e não podem tocar. Isso é importante, inclusive, para que ela aprenda a respeitar os limites do próprio corpo e do corpo do outro. Veja outras orientações disponíveis no site: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/educalab/conheca-o-semaforo-do-toque-jogo-que-ensina-criancas-sobre-autoprotecao-1.2989801>

SEMÁFORO DO TOQUE

Precisamos conversar com as crianças sobre educação sexual.

Que tal fazer um desenho do corpo da menina e do menino e explicar de uma forma leve e divertida, onde ele pode ou não ser tocado.

-  VERDE - PODE
-  AMARELO - ATENÇÃO
-  VERMELHO – PROIBIDO

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em 12 nov. 2024.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. 2ª versão. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Comitê Gestor Da Base Nacional Comum Curricular e Reforma do Ensino Médio. **Base Nacional Comum Curricular** – versão final. Brasília, 2017.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula** - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GDE – **Gênero e Diversidade na Escola**. Formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico raciais. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/ CEPESC, 2009.

OBSERVATÓRIO do ensino de História e Geografia. Segunda Versão da BNCC. Documento Normativo

Disponível em: <https://observatoriogeohistoria.net.br/segunda-versao-da-bncc/>. Acesso em 2 dez. 2020.

SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. **A mulher professora e a sexualidade no espaço escolar**. São Luís, MA: EDUFMA, 2011.

TEIXEIRA, Eriveth Silva; DIAS, Adriana da Silva; SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da. Políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero: desafios e insubmissão na educação. *In*: SILVA, Sirlene Mota Pinheiro da.; NUNES, Iran de Maria leitão. **A insubmissão da mulher professora face às atuais categorias**. Curitiba: Appris, 2024. p. 171-184.

TOKARNIA, Mariana. MEC retira termo “orientação sexual” da Base Curricular. Agência Brasil, 2017. Disponível em: [https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento](https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2017-04/mec-retira-termo-orientacao-sexual-da-versao-final-da-base-curricular#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(MEC,em%20alguns%20trechos%20do%20documento.). Acesso em 12 nov. 2024.

Violências de Gênero na escola: o que são e como combater?

Zeila Sousa de Albuquerque

Adriana da Silva Dias

Jónata Ferreira de Moura

CONCEITO DE VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno de ordem histórica e cultural, baseado nas relações de poder, manifestado em todas as sociedades de forma diferenciada. Em suas múltiplas faces esse fenômeno atinge todas as pessoas no composto social, onde seus reflexos são profundos na vida de quem vivencia, seja na condição de agente, observador/a ou passivo/a.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS) a violência remete-se ao uso intencional da força física ou do poder, contra si próprio ou outra pessoa, grupos e comunidade, que resulte em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação, etc. (Etienne Krug *et al.*, 2002). Em diversas formas de coação e coerção, a violência está em todo espaço e por algum momento estamos passíveis de vivenciá-la.

Dessa forma, a seguir demonstramos alguns conceitos de episódios de violência com base em Etienne Krug *et al.* (2002) os quais são recorrentes no nosso cotidiano.

Figura 1 - Refletindo sobre a violência



Fonte: Disponível em: https://br.freepik.com/vetores-gratis/alunos-pensando-ilustracao-do-conceito_58597038.htm#fromView=search&page=1&position=21&uuid=daa567cc-cd-cb-44e3-a714-4092684df54c&query=quatro+jovens+em+d%C3%BAvida+ Imagem de storyset no Freepik Acesso em: 14 mar. 2025.



Violência física envolve a coerção física e podem ser praticadas contra um indivíduo ou contra grupos, por exemplo, chutes, socos, beliscões, empurrões, bater, amarrar, tapas, puxar cabelo, segurar os pulsos etc.;



Violência verbal traduz-se nas incivildades como xingamentos, ameaças, humilhações, chantagens, intimidações, entre outras;



Violência psicológica perpassa por todas as séries da violência física, verbal e simbólica, caracterizada pelas mudanças de comportamentos psíquicos dos indivíduos, em que se faz presente atitudes de isolamento, medo, insegurança, baixa autoestima, baixo desempenho, privação, etc;



Violência simbólica corresponde a um tipo de violência que é exercida, em parte, com o consentimento de quem a sofre, presente nos símbolos e signos culturais, especialmente no reconhecimento da autoridade exercida por certas pessoas e grupos de pessoas (Pierre Bourdieu, 2003). Isso significa que essa violência não precisa da coerção física para se afirmar entre os grupos, mas sim, acontece de maneira sutil e, muitas das vezes, não percebida como violência. Para o autor, ela é uma espécie de interdição desenvolvida com base em um respeito que “naturalmente” se exerce de um para outro.

Além da Lei Maria da Penha (Lei nº 11. 340/2006) em 2015 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a Lei 13. 104/2015 do Femicídio, que inseriu a morte de mulheres no rol de crimes hediondos.

Em 2021 a Lei Maria da Penha foi atualizada pela Lei nº 14. 164/2021 que altera o Artigo 26 da LDBEN determinando a inserção de conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher, bem como institui “**A Semana de Combate à Violência contra a Mulher**”, nos currículos de todas as etapas da Educação Básica.

Dicas de vídeos:

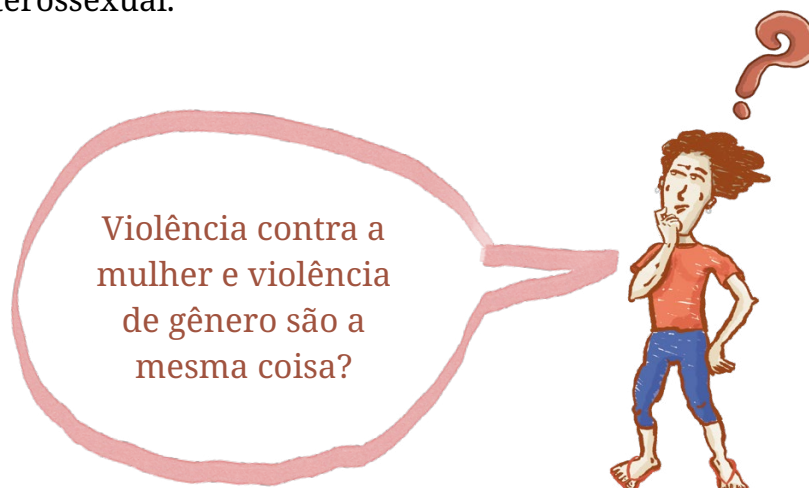
O Silêncio das inocentes. Documentário que mostra como se processa no Brasil a Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.

<https://www.youtube.com/watch?v=uxXKiSli9KY>

O QUE SÃO VIOLÊNCIAS DE GÊNERO?

Para compreendermos essa questão, recorreremos ao conceito dessa violência em Heleieth Saffioti (2001, p. 115). A autora enfatiza que no exercício da função patriarcal, “a violência de gênero em um conceito mais amplo, abrange vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos”, ou seja, é uma forma legitimada de punir por meio do projeto exploração-dominação todos os indivíduos que apresentem desvio às normas sociais.

O patriarcado é, por ela, definido como um mecanismo de poder concedido ao homem (macho-viril), garantindo-lhe a subordinação e opressão de mulheres, crianças e adolescentes independentemente da idade (Heleieth Saffioti, 2004). Ainda que não ressaltado pela autora, estudos recentes revelam que o patriarcado também está presente na violência contra identidades de gênero consideradas dissidentes, uma vez que justifica o binarismo heterossexual.



Embora a *violência contra mulher* e a *violência de gênero* possuam algumas semelhanças não só entre si, mas também com outros tipos de violências, ambas não se contemplam completamente. Dessa forma, é necessário analisá-las separadamente. A *violência contra mulher* pode ser praticada por parentes ou pessoas que convivem no mesmo domicílio, podendo ser cometida, também, por qualquer pessoa, inclusive por quem não possui qualquer vínculo de afetividade com a vítima. A expressão violência contra mulher é mais ampla que *violência doméstica*.

Essa violência acontece no espaço doméstico (dentro de casa ou unidade doméstica), inclui membros do grupo, sem função parental. Incluem-se, aí, empregados, pessoas que convivem esporadicamente e agregados. Por outro lado, apesar de violência contra mulher ser um termo mais abrangente que violência doméstica, ela é mais restrita que *violência de gênero*.

Figura 2 - Série Original da Netflix - Bom dia Verônica (2022)



Fonte: Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/entretenimento/bom-dia-veronica-deve-ganhar-sequencia/>.
Giovanna Bronze (2024) Acesso em: 12 mai. 2024.

Dica de Série que retrata tais violências: Bom dia Verônica (2020) disponível na Netflix em 3 temporadas.

Para aprofundar os estudos

Dicas de sites:

<http://www.cfemea.org.br>

<http://www.soscorpo.org.br/>

QUE SÃO VIOLÊNCIAS DE GÊNERO NA ESCOLA E COMO COMBATER?

As *violências de gênero na escola* são atos visíveis e não-visíveis as quais se manifestam em diferentes modalidades por meio de atitudes de preconceitos, discriminações e estereótipos de gênero e intersecções. Entre as diversas formas dessa violência nessa instituição, destacam-se: a violência física, a violência verbal, a violência psicológica, a violência sexual, a violência simbólica e o *Bullying* e *Cyberbullying*.

O termo *Bullying* deriva do inglês *bully* e tem dupla definição, o *bully* na função de substantivo remete-se a agressor enquanto verbo significa intimidar. O derivado *bullying* refere-se a comportamentos agressivos.

O *Cyberbullying* refere-se aos atos intencionais e repetidos de ameaças, ofensas, difamação etc, por meio de recursos digitais, como aparelho celular, notebook, tablets ligado à internet (Paola Raffaella Humpel; Kelly Cristina Bento; Caestino Madaba, 2019).

Em se tratando da fase estudantil, as violências gênero atingem uma gama de crianças e adolescentes todos os anos e podem resultar em um aumento do absenteísmo, baixo desempenho, desistência escolar, baixa autoestima, depressão, gravidez na adolescência e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) (Unesco, 2019).

Para Ariane Guimarães (2020) as masculinidades hegemônicas foram/são condicionantes para as violências de gênero contra mulheres, crianças, adolescentes e população LGBTQIAPN+ dentro e fora do ambiente escolar. Elizangêlizi de Carvalho (2021) complementa que esse tipo de violência muitas vezes sustentadas em ideologias machistas, que dá-se tanto por grupos de estudantes quanto pela equipe pedagógica, docentes e demais profissionais de educação, deixam marcas nas vítimas de múltiplas formas, a exemplo da depressão, ansiedade, mutilação e tentativas de suicídios.

Figura 3 - Violência na escola



Fonte: Disponível em: <https://www.gazeta-dopovo.com.br/vida-e-cidadania/70-dos-alunos-ja-sofreram-violencia-escolar-b7qsc2hd-3gbcjo3kcy9c1x3ym/>. Anna Simas (2008).

Acesso em: 12 mar. 2025.

Para Saffioti (1999), a violência de gênero é própria do padrão das organizações sociais de gênero conhecidas. Ela é tão estrutural quanto a divisão da sociedade em classes sociais e em raça/etnia.

Para as autoras, a escola é campo de tensão das relações de gênero, pois diante de imposições de estruturas prévias-normativas para corpos masculinos e femininos, enquadra e invisibiliza indivíduos. Nesse sentido, meninas e mulheres são desvalorizadas e inferiorizadas por uma masculinidade/violenta corporificada nos meninos e homens. Bem como outras identidades de gênero diferentes do masculino e feminino são excluídas e questionadas, fazendo com que muitos/as estudantes não se sintam pertencentes a esse espaço, despertando-lhes a desmotivação de nele permanecer.

Figura 4 - Série original da Netflix Anne White Na E (2017)



Dica de série que retrata as relações de gênero e episódios de violências de gênero na escola: Anne White Na E (2017) disponível na Netflix em 3 temporadas.

Fonte: Disponível em: <https://deadline.com/2017/08/anne-with-an-e-renewed-season-2-netflix-1202141541/>. Denise Petski (2017). Acesso em: 12 mai. 2024.

Dentre as diversas estratégias que podem ser desenvolvidas por meio de práticas coletivas na escola com crianças e adolescentes para não colaborar com a violência de gênero, e construir gerações futuras equitativas, Ariana Guimarães (2020) e Nathali Vicentini (2022) sugerem a quebra de silêncio e omissão de cenas que, muitas vezes, estão amparadas nessas violências; posicionar-se contra atitudes que apresentam riscos à segurança de mulheres, meninas e meninos nesse espaço; estimular o pensamento contra a naturalização de piadas machistas pelas quais são cristalizados significados tradicionais e preconceituosos de masculinidades; promover o respeito e o acolhimento da diversidade; implantação de projetos que discutem a Lei Maria da Penha e abordagens sobre os Movimentos Feministas e relações de gênero.

Por outro lado, os indicadores da violência no Brasil e a literatura apontam que a violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes têm se acentuado nos espaços públicos e privados, mostrando-se ser um problema complexo e de grande recorrência. Dito isso, no próximo item, discutiremos um pouco mais sobre essa violência e as estratégias de combate atuais em torno dessa problemática.

A violência sexual, é entendida como qualquer conduta que constranja a vítima a presenciar, a manter ou participar de relação sexual sem consentimento, imposto por meio de ameaça de qualquer natureza. É sexo sem consentimento? É estupro.

A cultura do estupro é banalização do estupro, que é naturalizado pela sociedade, e não o encara com espanto e indignação. A cultura do estupro se fortalece pela mistura de ideologias de ódio, que se interseccionam. Utiliza-se de discursos que culpabilizam as vítimas.

VIOLÊNCIA/ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM PROBLEMA PRESENTE

Você sabe por qual motivo foi instituído o 18 de maio como sendo *Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes*? E por que esta temática nos afeta tanto, e por isso esta luta é nossa?

A escolha do 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e a Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes se deve ao assassinato da menina Araceli, de 8 anos de idade que foi drogada, estuprada e morta por jovens de classe média alta, no dia 18 de maio de 1973, em Vitória (ES). Esse crime, apesar de sua natureza hedionda, até hoje permanece impune,

por isto a data foi instituída pelo projeto de Lei n.º 9 970/2000, assim, anualmente, entidades governamentais, não-governamentais e representantes da sociedade civil aproveitam essa data para, além de formulação de políticas públicas, promover reflexões e debates em torno do tema.

Como mês em que as discussões, debates e proliferações do combate à violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes são mais intensas, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, através da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente lança a campanha nacional **Maio Laranja**, que tem como finalidade, durante todo o mês de maio, incentivar a realização de atividades para orientar, prevenir e combater o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

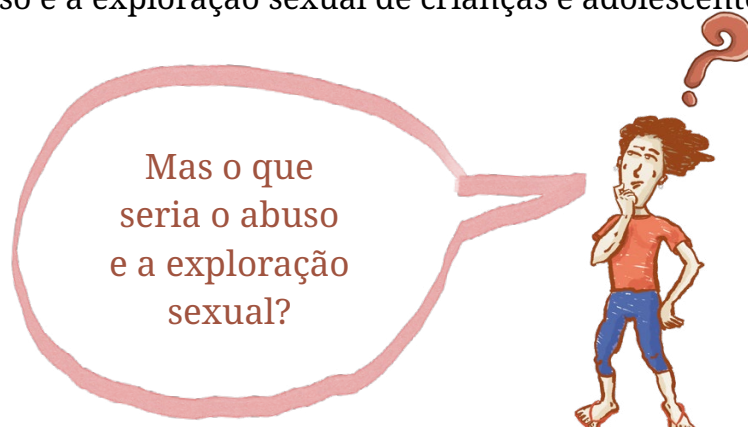


Figura 5 - O que é violência sexual infantil



Fonte: Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=e5R0sQ9WkM>. TV Plenarinho (2020). Acesso em: 12 mai. 2024.

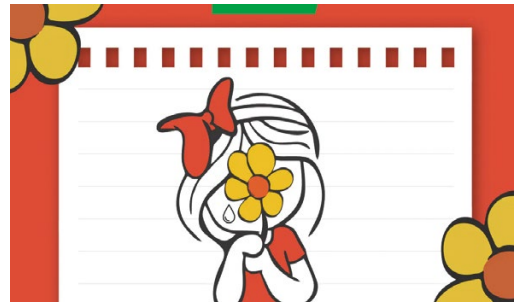
Assista o vídeo: *O que é violência sexual infantil* do canal TV Plenarinho que trata do abuso e da exploração sexual contra crianças e adolescentes.

O abuso e a exploração sexual são uma das tipologias da violência sexual cometidas contra crianças e adolescentes. Podemos encontrar, ainda, assédio sexual, o estupro, a pornografia, o tráfico para fins sexuais, entre outros. Assim como pode ser conceituado como todo ato de natureza erótica, com ou sem contato físico, com ou sem uso de força, entre o adulto ou

adolescente mais velho e uma criança ou adolescente. Existem duas modalidades de abuso sexual contra crianças e adolescentes: *intrafamiliar ou extrafamiliar*.

Na primeira – abuso sexual de característica intrafamiliar – o agressor está ligado à pessoa da vítima por laços de consanguinidade (pai, mãe, irmãos, irmãs, avós, avôs, tios/as, etc.), legalidade (padrasto, madrasta, cunhado/a, etc.), ou afinidade (responsabilidade: guarda, tutela, adoção, etc.).

Figura 6 - Abuso Sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Disponível em: <https://feac.org.br/18-de-maio-rede-fortalecida-e-fundamental-para-enfrentar-violencia-sexual/>. Natália Rangel (2024). Acesso em: 14 mar. 2025.

Canais de Atendimento

O Disque 100 • O Aplicativo Direitos Humanos • O site da ONDH

São gratuitos e funcionam 24 horas por dia, inclusive em feriados e nos finais de semana.

Na segunda – abuso sexual de característica extrafamiliar – o agressor (amigos, vizinhos, profissionais conhecidos pela vítima – professores, médicos, líderes religiosos, etc – ou pessoas desconhecidas) é uma pessoa conhecida (ou desconhecida) da vítima, buscando obter vantagem psicocemocional dessa relação (Brasil, 2021).

A exploração sexual é a violência mediante pagamento e inclui a venda do corpo de uma criança, erroneamente conhecida como prostituição infantil, haja vista as crianças não se prostituem, mas sim, são prostituídas. Os exploradores usam da pobreza e da miséria como núcleo gerador da prostituição, mesmo sabendo que nem sempre mulheres em situação de pobreza e miséria tornam-se prostitutas ou prostituem seus filhos (Sanchez *et al.* 2019).

Portanto, a partir de Felipe (2006, p. 206), utiliza-se a expressão violência/abuso sexual para “ênfatisar o primeiro termo, ou seja, abuso remete à violência, mesmo que tenha sido praticado de forma sedutora. O que está em jogo aqui, fundamentalmente é a desigualdade de poder entre adultos e crianças”.

Então, segundo um relatório do Ministério da Saúde de 2010, a violência sexual contra crianças e adolescentes é concebida como todo e qual-

quer ato ou jogo sexual com intuito de incitar sexualmente a criança e a/o adolescente, visando utilizá-la/o para obtenção de satisfação sexual, em que as/os autoras/es da violência estão em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança e a/o adolescente.

Este tipo de violência

Baseia-se em relação de poder e pode incluir desde carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, voyeurismo, pornografia e exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração. Tais práticas eróticas e sexuais são impostas à criança ou ao adolescente pela violência física, por ameaças ou pela indução de sua vontade (São Paulo, 2007, p. 15)

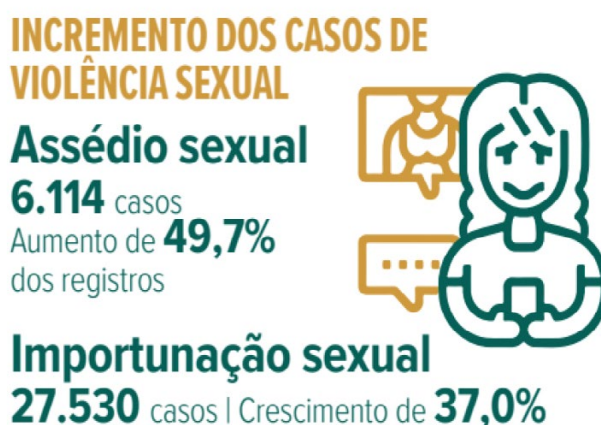
O ato da violência/abuso sexual pode ocorrer por contatos físicos como: carícias não desejadas, penetração (oral, anal ou vaginal com pênis ou objetos), masturbação forçada, dentre outros; e sem contato físico como: exposição obrigatória de material pornográfico, exibicionismo, uso de linguagem erotizada em situação inadequada. Vale ressaltar que a criança e a/o adolescente são sempre a vítima, não devendo ser atribuído a ela/ele o papel de responsável pela violência sofrida. Tampouco pensar que uma pessoa pedófila que causa violência sexual contra uma criança ou uma/um adolescente não tenha culpa porque age pelo impulso do transtorno.

No relatório da edição de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública podemos observar que a violência sexual contra crianças e adolescentes aumentou consideravelmente, como os casos de assédio sexual (aumento de 49,7% dos registros) e importunação sexual (elevação de 37,0%) juntos somam mais de 33 mil registros. Meninas e mulheres negras seguem sendo as principais vítimas dessa violência, com um percentual de 56,8% (no ano anterior eram 52,2%). Na maioria absoluta, os abusadores são conhecidos das vítimas, um total de 82,7%

enquanto apenas 17,3% dos atos foram cometidos por desconhecidos.

O Relatório afirma ainda que em 2022 foram registrados 74.930 (setenta e quatro mil, novecentos e trinta) casos de estupros, o maior número da

Figura 7 - Indicadores de violência sexual



Fonte: Disponível em: <https://www.appego.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ANUARIO-2.bmp>. Paulo Jannuzzi (2023). Acesso em: 12 mai. 2024.

história deste país, com uma elevação de 8,6% referente ao ano anterior, nesse quantitativo também estão inclusos os casos de estupro de vulnerável. Fica evidente que 88,7% das vítimas são do sexo feminino e 11,3% do sexo masculino. No tocante à faixa etária, 61,4% têm entre 0 e 13 anos de idade e 10,4% têm menos que 10 anos. Nesses casos, o levantamento aponta que a maioria dos agressores são pessoas conhecidas e próximas 86,1%, familiares 64,4% (Brasil, 2023).

Para o enfrentamento desse problema, faz-se necessário uma rede de proteção e cuidados, advindos de normativas como a Constituição Federativa Brasileira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Convenção dos Direitos da Criança, que já constituem os paradigmas básicos nas perspectivas de defesa dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento, cuja doutrina é da proteção integral para criança e adolescente, com absoluta prioridade e criminalização dos responsáveis pela violação dos direitos assegurados em Lei.

Em 2010, o Brasil produziu o Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, no âmbito do Conanda, o qual faria a interface direta com o processo de revisão do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, publicizado em 2013. Em 2020 foi instituído o grupo temático para revisão do Plano Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Este documento é fundamental para prevenção da violência/abuso sexual contra crianças e adolescentes, pois muitos são os danos causados em crianças e adolescentes por terem sofrido algum tipo de violência sexual, dentre eles destacamos:

... quadros de depressão, transtornos de ansiedade, transtornos alimentares e dissociativos, enurese, encoprese, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) e transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) [...] alterações comportamentais, como conduta hipersexualizada, abuso de substâncias, isolamento social e comportamentos autodestrutivos, alterações cognitivas, como baixa concentração e sensação de culpa e alterações emocionais, relacionadas ao medo, vergonha, tristeza, raiva e irritabilidade (Sanches et. al., 2019, p. 7)

Diante dessas informações, pode-se observar a urgência que a temática prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser abordada no ambiente familiar, escolar e não escolar. Para tanto, sugimos uma ótima série do canal Futura “**QUE ABUSO É ESSE?**” disponível em 8 episódios.

NOVAS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nos anos de 2023 e 2024 sob a coordenação do Ministério das Mulheres e mais nove ministérios do governo federal, foram instituídas inúmeras ações para enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, para proteger mulheres vítimas de assédio e para prevenir o feminicídio. Essas ações vão aprimorar a Lei Maria da Penha em diversos aspectos:

- **Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios**, instituído pelo Decreto 11.640, de 16 de agosto de 2023, com 73 medidas do Plano de Ação que tem o objetivo de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências de gênero contra as mulheres via ações governamentais intersetoriais, com perspectiva de gênero e suas interseccionalidades.

Entre diversas ações estão previstos cursos de formação e qualificação para profissionais da Educação Básica e da Atenção Primária à Saúde, formação de mulheres líderes comunitárias para desempenharem o papel de multiplicadoras de conhecimentos que possam identificar a violação de direitos e dos meios de garantir o acesso à Justiça, entre outras ações.

- **Lei do “Não é Não”**, sancionada em dezembro de 2023 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ajuda a proteger mulheres vítimas de assédio em bares e casas noturnas. O protocolo estabelece regras para boates, casas noturnas, espetáculos musicais realizados em locais fechados e em shows, com venda de bebida alcoólica. O texto inclui também as competições esportivas.

O estabelecimento precisa manter cartazes, em locais visíveis informando sobre como acionar o protocolo “Não é Não” e os números de telefone de contato da Polícia Militar e da Central de Atendimento à Mulher – 180, além de criar um “código próprio”, divulgado nos sanitários femininos como as mulheres podem pedir ajuda aos funcionários do local.

- **Plano de para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher**. Por meio do Projeto de Lei nº 501, de 2019, que possuiu inúmeras medidas para o enfrentamento integrado da

violência doméstica e familiar contra a mulher. Tem o objetivo também de assegurar a atenção humanizada à mulher em situação de violência e deve ser executado de forma colaborativa pela União, estados, municípios e o Distrito Federal, com validade de dez anos com atualização obrigatória a cada dois anos. Além disso, o plano tem como proposta a criação da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, redes estas compostas por representantes de diversos órgãos públicos como: de segurança, saúde, justiça, assistência social, educação e direitos humanos, além de representantes da sociedade civil.

Diversas ações para o enfrentamento à violência contra a mulher estão previstas dentre elas: a reeducação e acompanhamento psicossocial do agressor e a criação de uma disciplina sobre o combate à violência doméstica em cursos a serem ofertados regularmente nas instituições policiais.

A seguir tem-se sugestões de Atividades que tratam dos temas aqui apresentados, as quais podem ser desenvolvidas no espaço escolar e outros espaços educativos com estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.

Sugestão de Atividade para o Ensino Fundamental II e Ensino Médio

ATIVIDADE (RE)VIVENDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Objetivo: Possibilitar a vivência de atitudes preconceituosas, discriminatórias no espaço escolar e a reflexão sobre estas.

O que você irá precisar: Sala ampla; fitas de tecido; papel, lápis, caneta; balde/cesto; tiras de papel de seda de várias cores; flores artificiais e música instrumental.

Tempo: 40 minutos.

O que você deverá fazer:

1 - Entregar para cada um dos participantes, meia folha de papel em branco e pedir-lhes que escrevam uma pequena ficha de apresentação pessoal e de como se sentem na escola. Enquanto escrevem, usar as fitas de tecido para fazer amarras em todos os membros do grupo (procurar usar uma forma diferente para cada um).

2 - Após terminarem, pôr o balde/cesto no meio do grupo e solicitá-los que a colocar as folhas com as fichas dentro do balde.

3 - O/a facilitador/a deverá, então, começar a discussão:

- o que significa para nós o conteúdo das fichas?
- para onde elas foram? (se a resposta for balde/cesto, explore um pouco mais)
- os preconceitos, as discriminações de gênero mudam a nossa visão da realidade?
- e as fitas amarradas em nós, o que significam?
- é possível viver sem preconceitos e amarras de gênero no espaço escolar?

4 - Após a discussão, o facilitador retoma a imagem do balde de lixo e começa a decorá-lo com as flores e o papel de seda, ao mesmo tempo em que pergunta: Onde está o lixo?

5 - A dinâmica termina com todos recolhendo suas fichas do balde/cesto e lendo para o grupo em forma de apresentação.

Resultado esperado: Os/as adolescentes sentir-se-ão abertos para identificar seus preconceitos e outras situações de violências vivenciadas na escola.

Sugestão de Atividade para o Ensino Fundamental II

Tema: Gênero “Meninas e Meninos no contexto da Violência Sexual”;

Assunto: Proteção à violência sexual;

Objetivo: Estimular reflexões acerca da proteção do corpo e da quebra de silêncio quando esse é tocado de forma indevida por familiares, vizinhos, amigos e mais pessoas que estão à volta da criança e da/do adolescente;

Tempo: 40 a 50 minutos;

O que você irá precisar: Sala ampla; caixa de som; papel, lápis, caneta; desenhos (carinhas) que demonstram sentimentos de medo, tristeza, alegria, amor, raiva etc;

O/a facilitador/a deverá, então, começar a discussão: Sobre a necessidade de proteger-se e quebrar o silêncio diante de situações que machucam e invadem os corpos, gerando sentimentos ruins;

- distribuir o material de apoio que poderão servir para expressar sentimentos por meio de desenhos;

- distribuir as carinhas que demonstram os diversos sentimentos citados, como medo, tristeza, alegria, amor, raiva etc;

- avisar à turma que será colocada uma música que ajudarão a refletirem sobre o tema;
- solicitar aos estudantes que expressem por meio dos desenhos o que entenderam sobre a música ou o a que a mesma o despertou.

Resultado Esperado: Os/as estudantes sintam-se capazes de expressar opiniões sobre o tema a partir do material disponibilizado, bem como aprenderem a se proteger e pedir ajuda diante de situações desse tipo de violência.

Sugestão de Música: Transcrição “**rap da proteção**”, disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=63xSa53YgBA>

“RAP DA PROTEÇÃO”

Me olhe me escute me proteja olhe sou criança ao seu lado sou seu maior tesouro devo estar sempre guardado me escute se alguém me machucou se partiu meu coração se me bateu abandonou me proteja este é o seu papel se você cumpri-lo bem evitará algo cruel me olhe me escute me proteja.

Olhe bem com quem vai me deixar até pessoas conhecidas podem vim a me tocar escute o que eu tenho a te dizer se eu ficar muito calada algum conflito posso ter me proteja cuide do meu coração me dê sempre bons conselhos boa orientação.

Me olhe me escute me proteja olhe com atenção o meu corpinho se está com alguma marca ou se foi um raladinho escute quando eu muito chorar e aprenda a discernir uma pirraça de um clamar me proteja e não desista do meu bem e se precisa de ajuda denuncie disque 100 me olhe! me escute me proteja!

Questões que podem ser exploradas: qual é a mensagem o “rap da proteção” deixou para nós? Gostaria de desenhar o que vocês entenderam dessa música? Por que devemos ter cuidado com o nosso corpo? Por que você escolheu estas carinhas?

Referência para outras atividades: <https://unifimes.edu.br/wp-content/uploads/2021/02/Ebook-final.pdf>

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias**

em situação de violências: orientação para gestores e profissionais de saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/consulta-publica/arquivos/1393133501.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Diretoria do Departamento de Enfrentamento de Violações aos Direitos da Criança e do Adolescente. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes:** abordagem de casos concretos em uma perspectiva multidisciplinar e interinstitucional. Brasília, 2021 (Cartilha Maio Laranja). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/CartilhaMaioLaranja2021.pdf>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública.** 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2024.

DE CARVALHO, Elizângeli Fátima Serafini. **Violência Escolar e Relações de gênero:** um olhar a partir de produções brasileiras. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alfenas, Alfenas/MG, 2021. Disponível em: <https://btdt.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/2027>. Acesso em: 24 mar. 2024.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 201–223, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644740>. Acessado em: 20 fev. 2024.

GUIMARÃES, Ariane Noeremberg. **Homens, masculinidades e estratégias de enfrentamento à violência de gênero:** sentidos co-construídos com um grupo de estudantes. 2020. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC/Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216093>. Acesso em: 24 mar. 2024.

HUMPEL, Paola Raffaella Arabbi; BENTO, Kelly Cristina Menezes; MADABA, Celestino Manuel. *Bullying* vs: educação escolar inclusiva. **Revista Psicopedagogia**, v. 36, n. 111, p. 378-390, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862019000400012. Acesso em: 24 mai. 2024.

JANNUZZI, Paulo. Nota acerca das estimativas populacionais usadas com cômputo das taxas por 100 mil habitantes. In: Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. ed. 17 – São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>.

KRUG, Etienne G *et al.* **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial da Saúde, Genebra, 2002. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. O estatuto teórico da violência de gênero. In: SANTOS, J. V. T. dos (Org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, v.16, p. 115 – 136, ago 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/gMVfxY>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANCHES, Leide da Conceição *et al.* Violência sexual infantil no Brasil: uma questão de saúde pública. **Revista Iberoamericana de Bioética**, n. 9, p. 1-13, 2019.

Disponível em: <https://revistas.comillas.edu/index.php/bioetica-revista-iberoamericana/article/view/9654> Acessado em: 03 fev. 2024.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde (CODEPPS). **Caderno de violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/crianca/Adolescente.pdf>. Acessado em: 20 jan. 2021.

UNESCO. Organização das Nações Unidas. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. – Brasília: Unesco, 2019. 54 p. Disponível em: <https://prceu.usp.br/repositorio/violencia-escolar-e-bullying/elatorio-sobre-a-situacao-mundial/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

VICENTINI, Nathalia Germini Silva. **As expressões de gênero e a manifestação docente no contexto escolar: um estudo de caso à luz da teoria crítica**. 2022. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP/Campus de Presidente Prudente/SP, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_aab9051080b2192cd0ee223e939ba49a. Acesso em: 24 mar. 2024.

Diferenças de Gênero e das Sexualidades no Cotidiano Escolar

Geilson Pereira Silva

Histarley Monte Negro

A discussão sobre a diversidade de gênero e sexualidade no espaço escolar se propõe a refletir a identidade de todos os estudantes, seu modo de **ser** e **viver**. A identidade, no entanto, é construída a partir das relações interpessoais e culturais que cada indivíduo carrega consigo, e que de certo modo é experimentada e vivenciada ao longo de sua vida. A escola, como espaço de formação dos estudantes e da consciência cidadã, precisa se voltar para uma ação reflexiva, de conhecimentos e possibilidades que seja possível a construção coletiva de um amplo projeto de mudança social e cultural. Essa mudança social e cultural na qual nos referimos é o respeito, é a dignidade humana, é o enfrentamento às formas de violência, de marginalização e exclusão, e se propor a cultivar uma cultura de paz nas escolas e fora dela.

De acordo com Ana Beatriz Silva (2015) lidar com as diferenças não é uma tarefa fácil, mas que é possível quando nos unimos para aprender, conhecer e partilhar nossas vivências a fim de entender o outro.

Dessa forma a identidade ou as diferenças interpessoais por muito tempo, e a partir de um entendimento essencialista da anatomia dos corpos, foram entendidas como fixas, imutáveis, inflexível, e ao longo da história, dos estudos feministas e de gênero, percebemos que nós estamos em constante transformação, variando interesses e desejos, mudando nossa visão de mundo e a forma como percebemos o outro e como os outros nos percebem. Assim é preciso questionar as barreiras que foram historicamente erguidas e pensar numa sociedade, e principalmente numa escola, mais democrática e menos desigual.

Para Pensar

Se a heterossexualidade é o natural ou normal, por que toda criança precisa escutar muitas vezes certas frases, do tipo: “Menino não chora”, “Sente com as pernas fechadas que você é uma mocinha”, “Se apanhar na rua, vai apanhar em casa de novo”, “Fale baixo que você é uma menina”, “Largue essa boneca, que isso não é brincadeira de menino”, “Essa é cor de menina” e outras tantas formas de construir essa tal heterossexualidade?



Quando as identidades estão aprisionadas por modelos rígidos, a tal ponto que não conseguimos perceber sua adesão involuntária, nossa capacidade de escolher e transformar a realidade é consideravelmente reduzida. Mas a partir do momento que conseguimos compreender que esses modelos são frutos de construções culturais, passamos a ser capazes de atuar na transformação de valores sociais e conquistar maior poder de escolha na realização de projetos pessoais e coletivos.

Essas formalizações, que foram criadas histórica e culturalmente, chegam na escola e são utilizadas para perpetuar um medo e perigo na criança/adolescente. Fecha-se, portanto, para normalizar a heterossexualidade ao mesmo tempo que vigiam as expressões de afeto e sexualidade que não acompanham esse desejo. Assim, a escola cria separações que são definidas como femininas e masculinas, e aquele estudante que foge dessas normas, dependendo de como expressa e a intensidade, passam a sofrer sanções por parte da comunidade escolar.

Por muito tempo a sexualidade foi vista apenas de um ponto: de que homens e mulheres naturais e que a heterossexualidade era a forma normal de se vivenciar a sexualidade. As outras formas de viver a sexualidade sempre foram consideradas crimes, pecado e até doença. Judith Butler, uma das teóricas que mais se destacam nos estudos de gênero e sexualidade, se contrapõe a essa visão naturalista e meramente biológica, e passa a criticar a oposição binária heterossexual/homossexual, assim como a heterossexualidade compulsória, que de acordo com ela, funcionaria como uma pressão cultural e social, de cobrança, para que o indivíduo assuma um desejo (heterossexual) e que internamente gera um conflito e a negação de sua real orientação sexual (Judith Butler, 2020).

Figura 1 - Diversidade de Gêneros



Fonte: Paramour, Jordan (2021, p. 65)
PARAMOUR, Jordan. Sex Education: um guia para a vida: a educação sexual sem rodeios que você sempre quis. 1 ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2021.

E o que é Orientação Sexual?

Orientação sexual é o termo que utilizamos para se referir a sexualidade de alguém, e está relacionada à capacidade de se sentir atraído emocional, afetivo ou sexualmente por pessoas de gênero diferente, do mesmo gênero, por mais de um gênero ou por nenhum gênero. A sexualidade não é uma opção e muito menos uma escolha.



Vamos pensar juntos: em que momento da sua vida você viu que se sentia atraído(a) por uma pessoa ?

Se você se entende como uma mulher, em que momento viu que gostava de um outro homem ? ou de uma outra mulher ? Foi uma escolha ?

E você que se reconhece como homem, em que momento entendeu que gostava de uma mulher ? ou de outro homem ? Quando você fez essa escolha ? Por que ? Ou não foi uma escolha ?

A sexualidade, assim como o gênero, fazem parte da constituição do ser e da identidade de cada pessoa, inclusive de uma criança/adolescente, mas para cada uma essa compreensão acontece de forma diferente e em tempos diferentes. Pode ser que você entenda os seus desejos ainda adolescente ou com idade já avançada. A sexualidade é uma característica pessoal de cada um.

Para entendermos melhor e saber diferenciar o que é identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero e sexo biológico, abaixo trazemos uma imagem que nos ajudará nessa compreensão.

Figura 2 - A sexualidade presente em todos



Fonte: Moraes, Johana (2020, p. 10).
MORAIS, Johana de Angelis C. de. Cartilhas de atividades LGBTI+. Olinda/PE: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583817>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Figura 3 - Definições sobre Identidade de Gênero e sexualidade



Fonte: <https://www.significados.com.br/diferenca-orientacao-sexual-identidade-de-genero>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Nesse sentido, as identidades de gênero são construídas nas relações sociais, que são atravessadas por discursos, símbolos, representações e práticas que produzem identificação com o masculino ou feminino. Essa identificação está ligada a percepção que a pessoa tem de si, como uma experiência interna e individual, que pode ou não corresponder ao sexo biológico.

Cisgênero: quando o indivíduo se identifica, em todos os aspectos, com o gênero que foi atribuído ao nascimento. Exemplo: Uma menina que ao nascer foi identificada como menina e no decorrer de sua vida ela se identifica como menina/mulher, e nesse caso dizemos que ela é uma mulher cis ou cisgênera.

Transgênero: terminologia usada para as pessoas que não se reconhecem no gênero e sexo que foi atribuído no nascimento e vivenciam o gênero oposto. Exemplo: em uma família nasce uma criança que foi atribuído o gênero masculino mediante o reconhecimento do sexo biológico, mas no decorrer da sua vida ele não se reconhecia nesse corpo, se entendia como uma menina e portanto transicionou para o gênero feminino. Nesse caso ela é uma mulher trans ou transexual. Isso pode ocorrer também para al-

guém que foi designada como menina em seu nascimento, mas que não se identifica com este corpo, e portanto se entende como menino, neste caso, é um homem trans ou transmasculinos.

Não-Binário/Agênero: designação para pessoas que não se identificam com nenhum gênero. Nesse caso não fica evidente qual gênero esta pessoa performa. Numa linguagem mais coloquial, essa pessoa pode ser uma “combinação” dos dois gêneros.

Agora que já entendemos a identidade de gênero, vamos agora falar sobre as orientações sexuais. Como vimos anteriormente, a orientação sexual são as formas que o indivíduo sente atração emocional, afetiva e sexual por alguém, e independe do sexo biológico que esta pessoa tem. Estas orientações sexuais são muito amplas nas formas de se expressar e sentir, por isso vamos trazer a descrição de algumas, mas que está longe de abranger todas.

Heterossexual: significa que esta pessoa sente atração por uma pessoa do gênero oposto. Exemplo: Um homem que sente atração por uma mulher e vice-versa.

Homossexual: alguém que sente atração pelo mesmo gênero. Um homem que sente atração por outro homem chamamos de gay. E uma mulher que sente atração por outra mulher a chamamos de lésbica.

Bissexual: alguém que sente atração por pessoas do próprio gênero e de gênero diferente do seu. Exemplo: Uma mulher que sente atração por homens e por outras mulheres.

Pansexual: significa que esta pessoa sente atração emocional e física por todos os gêneros. Muitos preferem o termo pansexual a bissexual, visto que muitas vezes essa orientação sexual é descrita pela atração por uma pessoa, independentemente do seu sexo ou identidade de gênero

Assexual: neste caso uma pessoa sente pouca ou nenhuma atração sexual/romântica por outras pessoas, por mais que isso não signifique que ela não tenha relações sexuais.

Todas essas orientações sexuais, e outras, são um universo de demonstração de afeto e amor pelas pessoas!

Dica

Para entender melhor essa expressão de gênero assista o vídeo:

O que é Adrógino? - Estilo ou Identidade? -
youtuber CUP (<https://www.youtube.com/watch?v=8cYj-D2x7PE>)

Figura 4 - Acolher expressões de gênero



Fonte: Disponível em: <https://www.rfsl.se/en/start-sida/pexels-sharon-mccutcheon-3738057>. Acesso em: 12 nov. 2024.

Além da identidade de gênero e das orientações sexuais, temos as expressões de gênero que são a forma como nos vestimos, comportamentos ou traços físicos, que pode ser de acordo com o gênero que nos identificamos (masculino ou feminino) ou **andrógino**. A pessoa andrógina pode apresentar características do feminino e do masculino, ou seja, uma ambiguidade em relação à sua aparência.

E a sexualidade da Pessoa com Deficiência?

Na antiguidade, a percepção da sexualidade de pessoas com deficiência variava de acordo com as crenças e valores das diferentes sociedades. Em algumas culturas, como a grega e a romana, pessoas com deficiência eram frequentemente mortas e/ou excluídas da vida social e sexual, sendo vistas como inferiores ou até mesmo como castigo divino. No entanto, há evidências de que em comunidades ameríndias e tribais, as pessoas com deficiência eram integradas de forma mais inclusiva, participando plenamente da vida comunitária, incluindo a vida afetivo-sexual (Otto Silva, 1987).

Refleta a partir do vídeo

“**Assexybilidade**” no youtube

Disponível em: https://youtu.be/S0pqKPjday4?si=LK_i2BJxE2XuUfXR

Segundo Débora Diniz *et al* (2007) no século XIX, com o surgimento da medicina moderna e a classificação científica das deficiências, a sexualidade das pessoas com deficiência passou a ser vista predominantemente através de uma lente médica e patológica contribuindo fortemente com a construção e constante reafirmação dos preconceitos acerca das PcD (Pessoas com Deficiência). Muitas vezes, eram consideradas como assexuadas, incapazes de experimentar desejo sexual ou de formar relacionamentos íntimos. Essa visão paternalista e estigmatizante persistiu por muito tem-

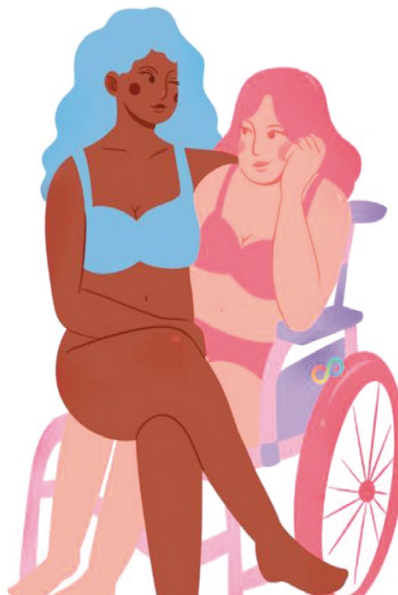
po, contribuindo para a falta de apoio e serviços adequados para a sexualidade desses indivíduos e construindo um imaginário de que as pessoas com deficiência são desprovidas de sexualidade quando na verdade todas as pessoas com ou sem deficiência são possuidoras de sexualidades.

Somente no século XX e XXI é que começamos a ver um movimento em direção à inclusão e à aceitação da sexualidade de pessoas com deficiência. Com o surgimento do movimento pelos direitos das pessoas com deficiência e a crescente conscientização sobre diversidade e inclusão, houve um aumento na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos desses indivíduos. Leis foram promulgadas em muitos países para proteger os direitos das pessoas com deficiência em relação à sexualidade, e programas de educação sexual inclusiva foram desenvolvidos para atender às suas necessidades específicas.

Hoje, embora muitos desafios insistam, há uma crescente compreensão e reconhecimento da sexualidade de pessoas com deficiência como parte integrante de sua identidade e dignidade. Os avanços na tecnologia assistiva, juntamente com uma mudança gradual nas atitudes sociais, estão permitindo que esses indivíduos vivam vidas mais autônomas e gratificantes, incluindo a expressão plena de sua sexualidade. No entanto, ainda há muito a ser feito para garantir que todos tenham acesso igualitário a serviços e apoio que lhes permitam explorar sua sexualidade de forma segura, consensual e satisfatória.

Profissionais de saúde e educação, familiares, amigos e a sociedade em geral têm um papel fundamental em criar um ambiente acolhedor, respeitoso e inclusivo para com as pessoas com deficiência em relação à sua sexualidade, pois ao reconhecer e respeitar a diversidade de experiências e necessidades das pessoas com deficiência em relação à sexualidade, podemos contribuir para a promoção do bem-estar, da autoestima e da qualidade de vida desses indivíduos. Através da educação, da sensibilização e do apoio adequado, podemos trabalhar juntos para construir uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e acolhedora para todos, todas e todes independentemente de suas capacidades físicas.

Figura 5 - Deficiência e Sexualidade



Fonte: Disponível em: <https://mulheresjornalistas.com/com-deficiencia-e-sexualidade-tambem/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES PARA O ENSINO MÉDIO

Tema: “Orientação sexual é escolha?”

Etapa do ensino: Médio

Faixa Etária: A partir dos 16 anos

Objetivo: O objetivo desta oficina é debater reconhecimento e respeito às sexualidades, problematizando a violência (simbólica e/ou física) que ocorre na família, na sociedade e na escola, assim como o reconhecimento de outros marcadores sociais e quais são suas consequências no cotidiano e na vida das pessoas.

Recursos:

Datashow; Quadro; Canetas

Procedimentos:

1. **Apresentação e debate de conceitos teóricos:** Utilizando o datashow, à medida em que os termos são citados, será solicitado aos participantes que expressem seus significados ou suposições. Em seguida, os significados usualmente encontrados na literatura referentes a cada um deles será apresentado.

- Orientação Sexual • Heterossexual
- Homossexual • Bissexual
- Pansexual • Assexual
- Identidade de Gênero • Transexual
- Sexo Biológico • Intersexual
- Homofobia/Transfobia/LGBTfobia • Sexismo

2. Exibição do documentário “Bichas, o documentário”, que foi lançado com base em relatos de seis jovens de Recife (PE) sobre como foi se assumir gay. Criado, dirigido e editado por Marlon Parente (pesquisar no youtube: BICHAS - o documentário). Ao final, será proposto um debate a partir de algumas perguntas:

- O que sentiu ao assistir ao vídeo?
- Que relato chamou mais chamou sua atenção? Por qual motivo?
- Descreva quais os estereótipos que considera que apresentam maior vulnerabilidade. Justifique.
- Já foi agredido ou presenciou pessoas sendo agredidas por conta da homofobia ou qualquer outro preconceito? Descreva como foi a cena e como se sentiu.

- Algum outro tema poderia ter sido abordado no documentário? Qual?
- Você acha necessária a existência do movimento LGBTI? Por quê?
- Por que o HIV/AIDS é ainda tão relacionado ao público gay? Essa atribuição é justificada

Tema: Exposição de Arte “Sexualidade”

Objetivos: Fazer a leitura do processo de criação, identificando os sentimentos surgidos na elaboração de um objecto de arte referente a sexualidade.

Tamanho do grupo: Ilimitado. Subgrupos de 6 pessoas.

Tempo exigido: Aproximadamente uma hora.

Ambiente: Sala ou salas suficientemente amplas para a acomodação dos participantes.

Material utilizado: Folhas de cartolina, sucata, cola, tintas, pincéis.

Processo:

1 – O facilitador solicita aos integrantes do grupo que se dividam em subgrupos de no máximo 6 pessoas.

2 – Propõe que cada subgrupo se utilize do material disponível para confeccionar, em 30 minutos, um objecto de arte que transmita elementos da sexualidade do grupo.

3 – Arrumada a “exposição” dos objetos produzidos, solicita-se que um representante de cada subgrupo identifique-se com o objeto e, na primeira pessoa do singular, identifique-se com ele e transmita seu significado para todo o grupo.

4 – Após o término das explanações, o grupo como um todo terá 10 minutos para expressar sentimentos que tenham surgido durante a confecção do objeto ou da sua apresentação, discutindo-se as emoções emergentes durante o processo de criação.

Dicas de leituras/séries e filmes

Série: Sex Education – Netflix

Influenciadores com Deficiência para seguir

Patrícia Lorete - Instagram @janeladapatty

Maria Vieira - Instagram @maaria_vieira

Ana Clara Moniz - Instagram @_anaclarabm

Lorrane Silva - Instagram @_pequenalo

Victor Di Marco - Instagram @victordimarco

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.
- DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. Sur, Rev. int. direitos humanos. vol.6 n.11 São Paulo Dec. 2009. Disponível <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452009000200004>> Acesso em 12 jun. 2024.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MORAIS, Johana de Angelis C. de. **Cartilhas de atividades LGBTI+**. Olinda/PE: Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/583817>.
- SILVA. Otto Marques, **A Epopéia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1987.
- SILVA, Ana Beatriz B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. 2.ed.São Paulo: Globo, 2015.
- SILVA, Vandcleide Monteiro da. **Oficinas pedagógicas**: discutindo gênero e diversidade sexual na escola. Rio de Janeiro: CAP/UERJ, 2017.
- PARAMOUR, Jordan. **Sex Education**: um guia para a vida: a educação sexual sem rodeios que você sempre quis. 1 ed. Rio de Janeiro: Galera Record, 2021.

Sobre as organizadoras



Sirlene Mota Pinheiro da Silva

Doutora em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP. Docente do Departamento de Educação I e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Pesquisadora e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE/UFMA. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero - GEMGe/UFMA. Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento Corpos e Diversidade na Educação - CDE/UFMA.



Zeila Sousa de Albuquerque

Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFMA. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. Pesquisadora sobre as Relações de Gênero. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero - GEMGe/UFMA e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas - GESEPE/UFMA. Atua como professora de Fundamentos Didáticos, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Educação Inclusiva e Estágio.

Sobre as autoras e autores

Adriana da Silva Dias – Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSudesteMG). Pedagoga pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA (2022). Membro e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA), do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero (GEMGe/UFMA) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Questões Educacionais: desigualdade, inclusão e diversidade nas perspectivas socioeconômica, étnico-racial e de gênero (GEDDIN/UEMA).

Ana Paula dos Santos Soares – Mestre pelo Programa de Pós-graduação de Gestão de Ensino da Educação Básica – PPGEEB/UFMA. Graduada em Pedagogia (2003), Especialista em Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes (2006); Especialista em Educação Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/IFPA (2007). Atuou como Coordenadora do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo - ENP!MA (2016-2019). Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero e Sexualidade nas Práticas Escolares GESEPE/UFMA e do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Feminismo decolonial, Formação de professoras e Campesinato.

Geilson Pereira Silva – Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (PPGE/UFMA). Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade de São Paulo (USP/ESALQ). Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2022). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA). Membro do grupo de Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero (GEMGe/UFMA) e do Grupo de Pesquisa em Planejamento Estratégico e Gestão de Pessoas (GEP²).

Histarley Monte Negro – pseudônimo de Histarley dos Santos Conceição, é graduado e Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Metodologia de Ensino da História, Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade Futura- MG, pela faculdade FAMART tem especialização em Psicologia Sexual; Sexualidade Humana; Educação, Gênero e Sexualidade; Novo Ensino Médio: Interdisciplinaridade e Itinerários Formativos; Docência do Ensino Superior; e Ensino de Geografia. Está cursando especialização em Geografia Escolar pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Participa de alguns grupos de

pesquisa universitária como: Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas- GESEPE/UFMA; Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Educação, Mulheres e Relações de Gênero- GEMGE/UFMA; Grupo de Estudos e Pesquisas em Geografia Mulher e Relações Sociais de Gênero- GEPGENERO/UNIR; Grupo de Pesquisa sobre Educação, Mulheres, Religiões e Tecnologias Digitais – TECLA/UFPB; É escritor com um romance publicado e outros dois livros a publicar e membro fundador da Associação Maranhense de Escritores Independentes - AMEI.

Jónata Ferreira de Moura – Doutor e Mestre em Educação (Educação Matemática) pela Universidade São Francisco, com período de estágio doutoral na Universitat de Barcelona (09/2018-02/2019). Especialista em Educação Infantil pela Faculdade de Educação Santa Terezinha (2009). Licenciado em Ciências com Habilitação em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão (2006) e em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2009). Atualmente é professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão (CCIm/UFMA), atuando no curso de Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação em Educação e Práticas Educativas (PPGEPE); membro do Comitê de Ética em Pesquisa do CCIm/UFMA e consultor Ad hoc da FAPEMA e de revistas científicas. É vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Histórias de Formação de Professores que Ensinam Matemática (HIFOPEM - CNPQ/USF), membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE - CNPQ/UFMA), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd-GT19), da Associação Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica (BioGraph) e da Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM-GT7), atuando no Conselho Nacional Editorial e como 2º tesoureiro da Regional do Maranhão.

José Carlos Lima Costa – Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com mestrado em Performances Culturais pela Universidade Federal de Goiás (2017) e especialização em Tecnologias Digitais Aplicadas à Educação (TecDAE) pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano (2022). Atua como editor assistente da Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade (RELACult). É pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE), ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres e Relação de Gênero (GEMGe) e ao Grupo de Pesquisa Encenação e Corporeidade (Cenacopo), todos vinculados à Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Mirella Fernanda do Nascimento – Mestranda em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGFIL/UFMA). Especialista em Docência e Performance da Educação à Distância pelo Centro Universitário UniAmérica. Filósofa pela Universidade Federal do Maranhão. Psicóloga pela Universidade Ceuma. Pedagoga pela Universidade Ceuma. Mem-

bro e Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA). Pesquisa Gênero e Sexualidade, Filosofia Política, Saúde Mental e questões transversais relacionadas ao Transtorno do Espectro Autista.

Rosyene Conceição Soares Cutrim – Mestre em Gestão de Ensino da Educação Básica - PPGEEB/UFMA. Possui graduação em Pedagogia (2003) e em Serviço Social (1992), pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos em Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA). Atuou no Conselho Estadual de Direitos humanos do Maranhão e no Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico-Racial CEIRMA; Conselho Estadual da Mulher - CEM MA e no Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT). É membro do Grupo de Trabalho Interinstitucional de combate ao feminicídio do Estado do Maranhão. na linha de pesquisa de gênero e sexualidade nas práticas escolares.

Tatiane da Silva Sales – Professora da Universidade Federal do Maranhão, curso de Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros. Doutora em História Social da Amazônia, pela Universidade Federal do Pará. Mestre em História Social, pela Universidade Federal da Bahia. Graduada em História, pela Universidade Estadual do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos em Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas (GESEPE/UFMA). Pesquisa história da educação, relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade no âmbito escolar com ênfase para o ensino superior.

*Realizado o Depósito legal na Biblioteca Nacional
conforme Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.*

TÍTULO	Corpos e Diversidade na Educação Caderno Pedagógico
ORGANIZADORAS	Sirlene Mota Pinheiro da Silva Zeila Sousa de Albuquerque
PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA	Francisco Batista Freire Filho
FORMATO	210 x 297 mm
PÁGINAS	108
TIPOGRAFIA	Adobe Garamond Pro CORPO Balham e Aquiline Two TÍTULOS
EDIÇÃO	1ª edição - março de 2025

Este Caderno Pedagógico traz os textos discutidos e estudados no Curso de Aperfeiçoamento Corpos e Diversidade na Educação - CDE, oferecido na modalidade Semipresencial, pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Sexualidade nas Práticas Educativas – GESEPE, com apoio financeiro da Fundação de Amparo à pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, por meio de aprovação do Projeto de Pesquisa Intervenção “Cupos e Diversidade na Formação Continuada e nas Práticas Pedagógicas, no Edital Universal 06984/22, e apoio técnico da Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão – PROEC/UFMA. O Curso CDE justifica-se na necessidade de promover discussões acerca da importância em se desenvolver práticas educativas sobre os corpos, relações de gênero e sexualidades como objetos de estudo e reflexão voltadas à Diversidade humana, para que se possa combater as variadas formas de sexismos, machismos e outras violências que são produzidas em nossos cotidianos, além de congregar e oportunizar espaços de socialização de experiências entre professoras/es, estudantes e pesquisadoras/es sobre as Diversidades de corpos, especialmente no que se refere aos Gêneros e às Sexualidades na Educação. Inicia com uma breve apresentação do projeto do Curso de Formação Continuada sobre Corpos e Diversidade na Educação, destacando os objetivos, principais conceitos estudados e os fundamentos teóricos metodológicos do curso. Em seguida, são abordados os Módulos do Curso CDE: Gênero e Diversidade, Corpos e Corporeidades e Relações de Gênero e Sexualidade na Escola.

Apoio:



Realização:

